



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro abertos os trabalhos do ciclo de palestras e debates em cumprimento ao Requerimento nº 10, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador Acir Gurgacz, nosso Presidente com adendo da Senadora Ana Amélia, esta que vos fala, aprovada em 24 de março do corrente ano com o objetivo de analisar as assimetrias do Mercosul e seus impactos na agricultura brasileira. Temos a presença, neste momento, dos seguintes convidados: a Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Midic, Drª Tatiana Lacerda Prazeres; do Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, e também diretor conselheiro da Federação das Associações Rurais do Mercosul. Está aqui também o Deputado Heinze, do PP do Rio Grande do Sul e da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Estamos aguardando também a presença do Embaixador Bruno Bath, Diretor do Departamento do Mercosul, do Ministério das Relações Exteriores.

Antes de acertar os detalhes de como funcionará este ciclo de palestras a respeito deste tema, agradecendo, desde já, a presença dos Srs. convidados, informo aos nossos telespectadores da TV Senado que seria muito oportuno para todos os interessados nas questões relacionadas às assimetrias dentro do Mercosul que estamos abertos a receber perguntas. Oferecemos a disponibilização, através da Internet, www.senado.gov.br/alosenado. No Twitter: @alosenado ou , por telefone 0800 61 22 11 ligação gratuita por telefone fixo, celular ou telefone público. É muito importante a participação popular porque democratiza o debate em torno de um tema que diz respeito aos nossos empreendedores, a todas as pessoas que moram na região de fronteira, como é o caso do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que fazem fronteiras com o Uruguai, com a Argentina e também com o Paraguai.

Vamos, então, oferecer trinta minutos a cada orador, começando a exposição com a Secretária Tatiana Lacerda Prazeres.

Com a palavra, a Secretária.

TATIANA LACERDA PRAZERES – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Amélia, o Deputado Luis Carlos Heinze. Dr. Carlos Sperotto, da CNA. É uma satisfação, em nome do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, apresentar alguns dados do comércio exterior do Brasil em relação ao Mercosul. A idéia da minha breve exposição de hoje é justamente ilustrar o comércio exterior do Brasil com os países do Bloco e naturalmente conferir algum destaque às questões do agronegócio, da importância do agronegócio no comércio bilateral.

Próximo.

Antes de entrar propriamente nas questões do comércio do Brasil com a região, eu gostaria de apresentar alguns números, alguns indicadores socioeconômicos de cada um dos países do Mercosul. Temos aí números do



Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, o PIB brasileiro, por exemplo, de US\$2 trilhões. Temos o PIB da Argentina de US\$370 milhões, dados do Uruguai e Paraguai, crescimento do PIB em relação ao ano passado para cada um desses países. Eu gostaria de destacar a participação da agricultura no PIB de cada um dos países da região, importâncias relativas diferenciadas, mas naturalmente agricultura importante para os quatro países do bloco, sem dúvida alguma.

Eu gostaria de destacar a corrente de comércio também. O Brasil, no mês passado, completou, pela primeira vez na história, US\$400 bilhões de dólares em doze anos, no período acumulado de doze anos em correntes de comércio. O que é isso? Importação mais exportação. Temos aí a referência de 2010, ano no qual fechamos a corrente de comércio com US\$393 bilhões. Então, com esses primeiros números, podemos verificar algumas assimetrias nas condições socioeconômicas dos países da região. Isso naturalmente se reflete no comércio regional do Brasil com os países do bloco e afeta a integração regional do Mercosul.

Próximo.

Agora, sim, temos números da evolução do intercâmbio comercial Brasil-Mercosul. Vejam, vocês podem identificar que, entre 2001 e 2003, tivemos um déficit na relação comercial com os países do Mercosul. Essa situação vem se alterando a partir de 2003. Em 2009, no ano da crise, houve uma mudança nos fluxos de comércio da região. E 2010 aponta justamente para a recuperação do patamar de 2008, sinalizando superávit do Brasil na relação comercial com os demais membros do Mercosul.

Apresentamos, também, dados do primeiro trimestre do ano, janeiro a março de 2011. Verificamos um crescimento em relação ao mesmo período de 2010, mostrando que, sob o ponto de vista brasileiro, as relações comerciais com o Mercosul aportam um superávit considerável e importante para o País.

Neste *slide* apresento basicamente a evolução da corrente de comércio do Brasil-Mercosul entre 2001 e 2010, destacando justamente os fluxos crescentes de comércio, que são naturalmente facilitados pelos acordos negociados no âmbito do Mercosul. Naturalmente, a liberalização, a eliminação de barreiras ao comércio favorece esse crescimento expressivo do comércio regional, que é algo bastante importante. É importante também destacar que, nos últimos anos, o crescimento das exportações do Brasil para o Mercosul tem justamente puxado as exportações brasileiras para o mundo. Ou seja: as exportações do Brasil para os países da região dinamiza positivamente o comércio exterior do Brasil contribuindo positivamente para os superávits recentes que o Brasil tem acumulado na sua balança comercial.

Neste *slide* apresento a participação, em termos percentuais, do Mercosul das exportações e importações do Brasil. Aqui em relação a 2002. Na



linha azul, temos justamente as exportações. Verificamos a importância crescente do Mercosul para as exportações brasileiras. Ou seja: o Mercosul vem se posicionando como um destino importante para as exportações do Brasil, chegando, no final de 2010, a ocupar 11, 2% de tudo aquilo que o Brasil exporta para o mundo. No início deste ano, no primeiro trimestre de 2011, verificamos um aumento da participação relativa do Mercosul entre os diversos destinos das exportações brasileiras. Por outro lado, nas importações o Mercosul vem perdendo um pouco de participação como origem das importações brasileiras, ocupando 9% de tudo aquilo que o Brasil importa do mundo em geral.

Próximo.

Aqui temos a indicação do valor e da variação de 2009 para 2010 das exportações brasileiras para os países do Mercosul. Por meio desses números, fica muito evidente como as exportações crescentes do Brasil para os países da região tem contribuído para o crescimento das exportações brasileiras. Em 2020, as exportações brasileiras cresceram 32% e as exportações brasileiras para o Mercosul cresceram 42,8%. Naturalmente, o crescimento de 44,9%, praticamente 45% para a Argentina, em comparação com o ano de 2009, foi um crescimento muito expressivo das exportações brasileiras para o Paraguai e também um crescimento das exportações brasileiras para o Uruguai. Em comparação com 2009, o ano de 2010 criou oportunidade para o Brasil aumentar, de maneira significativa, suas exportações para os países do Mercosul.

Nesse *slide* apresentamos as exportações brasileiras do Mercosul por fator agregado. Fator agregado praticamente divide as exportações em produtos básicos, produtos semimanufaturados e produtos manufaturados. E aí eu gostaria de destacar a importância da participação dos produtos manufaturados nas exportações brasileiras para o Mercosul. O Mercosul, de maneira muito significativa, contribui para que o Brasil aumente e tenha uma participação importante de produtos manufaturados na sua pauta exportadora. Por outro lado, naturalmente, o Brasil exporta relativamente pouco produto básico para a região, ainda que importe bastante como vamos ver no *slide* seguinte; Mas, de maneira geral, a mensagem aqui refere-se ao contexto de um esforço exportador do Governo brasileiro de buscar agregar valor às suas exportações. O Mercosul, como destino das exportações brasileiras, apresenta uma oportunidade importante para que as empresas brasileiras justamente encontrem mercado, encontrem destino para seus produtos manufaturados, produtos de maior valor agregado.

Aqui temos percentuais, apenas confirmando a informação do *slide* anterior. Noventa e um por cento daquilo que o Brasil vende para o Mercosul é de produtos manufaturados.

Aqui damos destaques às importações. As importações brasileiras provenientes da região são compostas de produtos básicos e também de



produtos manufaturados. Basicamente, os produtos manufaturados têm um destaque considerável. Menciono também, no destaque, a variação em termos percentuais, crescimento dos básicos de 13,5%, semimanufaturados de 49% e manufaturados de 29%. Ou seja: houve um crescimento, nas três categorias, com destaque para os semimanufaturados, mas uma base pequena. Eu gostaria, então, de destacar que, na comparação exportações brasileiras para o Mercosul e importações brasileiras para o Mercosul, naturalmente nas importações o destaque para os produtos básicos é maior.

Então, reforçando o *slide* anterior: de tudo que o Brasil importa da região do Mercosul, 78,7% são produtos manufaturados. Os básicos são 18% e os semimanufaturados 2,8%.

Principais produtos exportados para o Mercosul. Afinal de contas, o que o Brasil vende para o Mercosul? Aí notamos um destaque muito grande para os automóveis, portanto, setor com uma representatividade forte, sobretudo quando somado ao setor de autopeças. Ou seja: esse setor compreendendo peças e partes e produtos acabados corresponde a uma parte expressiva daquilo que o Brasil vende para o Mercosul. Vejam que esses dois itens são acompanhados de veículos de carga, justamente demonstrando a importância do setor automotivo para o setor.

Temos outros produtos que também compõem essa pauta e, no próximo *slide*, dou destaque às importações brasileiras do Mercosul, dos países da região, mostrando que, de tudo o que importamos da região, 86,8%, 87% vem da Argentina. Uruguai e Paraguai têm também uma participação importante nas importações brasileiras provenientes do bloco.

Neste *slide* mostro os produtos brasileiros que são importados pelo Brasil, provenientes dos demais membros do bloco. Naturalmente, dou destaque aos automóveis de passageiros e veículos de carga. Vejam, os mesmos produtos que o Brasil exporta para o Mercosul são os mesmo produtos que o Brasil importa dos países do bloco, o que demonstra um comércio intrassetorial muito intenso, reforçando o que eu havia dito anteriormente em termos da importância do setor automotivo para o comércio do Mercosul: trigo em grãos, nafta, autopeças, arroz, malte. Aqui começamos a identificar alguns produtos que certamente interessam a esta Comissão.

Passo, então, a dedicar um pouco mais de atenção à balança comercial do agronegócio no Mercosul.

O que nós fizemos aqui foi justamente focar num tema que, naturalmente, interessa aos senhores, interessa a esta Comissão, e aí eu destaco que as exportações brasileiras para o Mercosul são menores do que as importações brasileiras provenientes dos países do Mercosul, no que diz respeito ao agronegócio.

Vejam, como eu mencionei anteriormente, o saldo brasileiro, o saldo comercial do Brasil com a região é positivo, no entanto, quando nós



abrimos, quando nós detalhamos essa pauta, identificamos que, no agronegócio, nós importamos mais do que exportamos para a região.

Novamente, dando destaque para os produtos do agronegócio, eu gostaria de chamar a atenção para os principais produtos exportados para o Mercosul. Então, dou destaque, nesta oportunidade, para os produtos do agronegócio que o Brasil vende para os países da região. Aqui nós temos preparações alimentícias, item no qual se incluem massas, biscoitos etc; cacau e suas preparações; carnes; café; mate; especiarias; fumo; açúcar e artigos de confeitaria. Então, basicamente, esses são os principais produtos exportados pelo Brasil para os países do Mercosul, no que diz respeito à balança do agronegócio.

Esta aqui é uma outra maneira de apresentar esses dados, destacando os principais produtos que contribuem para as exportações brasileiras do agronegócio para o Mercosul: preparações alimentícias, carnes, cacau, fumo, açúcar, e uma parte importante – 30% – para outros.

Agora eu dou destaque ao que o Brasil importa do Mercosul, no que diz respeito à balança do agronegócio. Cereais aparecem com bastante destaque, indústria de moagem – aí nós chamamos a atenção para malte, cevada –, preparações alimentícias, que eu havia mencionado anteriormente também como item de exportação do Brasil para a região, leite e derivados e frutas. Esses são basicamente os principais itens de importação dos países do Mercosul pelo Brasil no que diz respeito ao agronegócio.

Nós verificamos a importância significativa dos cereais, basicamente, trigo, arroz, milho, na participação justamente dessa pauta de importação do agronegócio em relação aos membros do Mercosul.

Novamente, a informação que permite identificar com clareza a importância dos cereais na pauta de importação do Brasil dos membros do Mercosul, focando no agronegócio. Quando analisamos a pauta do Brasil como um todo, proveniente do Mercosul, como eu havia mencionado anteriormente, por exemplo, automóveis, autopeças, tratores, ocupam uma parte importante do que o Brasil compra dos países da região, mas, naturalmente, dando destaque ao agronegócio, cereais é o item que se destaca.

Balança comercial do agronegócio Brasil-Mercosul, janeiro a março.

Eu havia apresentado esses dados anteriormente, comparando 2010 com 2009. O que eu faço, neste momento, é comparar janeiro a março de 2011 com janeiro a março de 2010. Então, nós temos um crescimento das exportações brasileiras do agronegócio para o Mercosul da ordem de 28,1%. As importações, nesse primeiro trimestre do ano em comparação com o primeiro trimestre do ano passado, crescendo 17,2%, um crescimento interessante de uma corrente de comércio de 18%.



É com muita satisfação que nós podemos apresentar os dados do primeiro trimestre. O Brasil, como os senhores sabem, é o País mais eficiente do mundo na divulgação de estatísticas comerciais. Nós estamos aqui com as informações de janeiro a março deste ano, mas recebemos diariamente as informações do comércio exterior brasileiro, o que nos permite um monitoramento muito atento do comércio exterior do Brasil.

Os principais produtos exportados para o Mercosul, também no âmbito do agronegócio, no primeiro trimestre – foco aqui novamente o primeiro trimestre deste ano. Nós temos uma pequena alteração na sequência, na importância de setores, mas são basicamente os mesmos setores que aparecem como destaques no ano passado.

Quando nós comparamos um ano com o outro, basicamente, são estes mesmos setores: preparações alimentícias, cacau, açúcar, carnes – que, na comparação com o ano anterior, tinham um destaque um pouco maior –, café, especiarias e fumo. Então, no primeiro trimestre deste ano, são esses os principais produtos do agronegócio brasileiro exportados para os membros do Mercosul.

Novamente, uma nova maneira de apresentar essa informação, agora em termos percentuais. E aí, neste *slide*, nós passamos, então, a apresentar os produtos importados dos países do Mercosul, no que diz respeito, de novo, ao agronegócio, e novamente com foco nos primeiros três meses deste ano.

Eu havia apresentado essa informação em relação ao ano completo – 2010 *vis-à-vis* 2009. O que eu destaco agora é a evolução das importações do Brasil provenientes do Mercosul no primeiro trimestre do ano. E aí, novamente, destaque para cereais, destaque para indústria de moagem, no qual se inclui mate, cevada etc., leite e derivados; novamente, são os mesmos produtos que aparecem na balança do ano recebendo destaque correspondente no primeiro trimestre deste ano.

Cereais, no primeiro trimestre do ano, correspondendo a 42% de tudo o que o Brasil adquire dos países do Mercosul, no que diz respeito, novamente, à balança do agronegócio. Porque, quando nós olhamos o conjunto das importações brasileiras – automóveis, peças, partes componentes etc. –, vemos que ele representa um grupo muito mais expressivo em termos de volume de importações.

Essa é uma maneira de sintetizar essas informações, a participação, em termos percentuais, do Mercosul no comércio exterior brasileiro, especificamente no setor do agronegócio. O que nós temos aqui em termos de exportações brasileiras é que 98% das exportações brasileiras são destinadas aos demais mercados, e apenas 2% de tudo o que o Brasil vende, em termos de agronegócio, é destinado aos países do Mercosul.



Como eu mencionei anteriormente, as exportações brasileiras no Mercosul são concentradas em manufaturados, o que é algo interessante para o País. Mas, de toda maneira, 2% do que o agronegócio exporta é destinado ao Mercosul.

E, nas importações brasileiras – este dado chama bastante atenção, naturalmente –, 50% de todos os produtos do agronegócio importados pelo Brasil são provenientes do Mercosul. De fato, é um número que merece destaque e com o qual eu concluo esta apresentação.

Gostaria de agradecer a atenção e dizer que eu sigo aqui à disposição para as perguntas que vão se seguir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Eu é que agradeço a exposição muito competente e detalhada da Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Drª Tatiana Lacerda Prazeres, agradecendo também a nossa Rádio Senado que, junto com a TV Senado e demais veículos eletrônicos do Senado Federal, estão acompanhando este ciclo de debates, que hoje concentra-se na discussão em torno das assimetrias do Mercosul. Renovo os agradecimentos às participações dos nossos convidados, além da Secretária Tatiana Lacerda Prazeres, do Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária e também Diretor e Conselheiro da Federação das Associações Rurais do Mercosul, e ainda do Deputado Federal Luis Carlos Heinze.

Eu queria agradecer, em particular, a presença do Senador Roberto Requião, do Paraná, ex-Governador, que conhece bem todas essas demandas na relação com o Mercosul, e ao nosso Presidente desta Comissão, Acir Gurgacz, que, junto comigo, apresentou requerimento para este ciclo de debates relacionados a esses temas que estamos debatendo.

Renovo, novamente, a informação aos nossos internautas, que podem acompanhar, enviar perguntas aos nossos debatedores pela Internet: www.senado.gov.br/alosenado ou pelo Twitter: @alosenado, ou por telefone: 0800612211.

Essas ligações são gratuitas, por telefone fixo, celular ou por telefone público. Então, estão convidados a participar conosco deste debate, que é de interesse do nosso País, especialmente da Região Sul.

Tenho o prazer de convidar agora, para fazer sua exposição, por 30 minutos também, o Embaixador Bruno Bath, que é Diretor do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, o nosso Itamaraty.

O SR. BRUNO BATH – Muito obrigado, Senadora, Senador e demais parlamentares presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite para participar desta discussão e dizer que estou muito honrado de estar aqui e poder dar um depoimento.



Na verdade, não vou ocupar os meus 30 minutos porque, de certa maneira, a Tatiana cobriu, primorosamente, o aspecto especificamente econômico-comercial no âmbito da agricultura dentro do Mercosul. Acho que ela apresentou um painel muito completo da realidade do setor, e eu não me atreveria a completar absolutamente nada nem comentar os dados que ela nos trouxe.

Eu queria, sim, apresentar um comentário que vem de uma pessoa, um profissional da diplomacia que tem vivido a realidade negociadora do Mercosul, durante alguns anos, na minha função de Diretor do Departamento do Mercosul. Em poucas palavras, um testemunho do que é a realidade dessa interação contínua que o Mercosul favorece com os nossos sócios no Cone Sul.

A primeira observação que faço é a de que não devemos perder de vista o imenso valor estratégico que o Mercosul tem para o Brasil.

O Mercosul surge num momento da nossa história, quando havia uma grande perplexidade sobre como o Brasil iria inserir-se no mundo, no começo dos anos 90, quando havia uma percepção de que o mundo estava se fragmentando em diversos blocos econômicos e o Brasil se via diante dessa questão de como ele iria inserir-se no mundo. E o nosso comércio internacional é historicamente dividido de forma bastante similar, em diversos blocos, diferentemente, por exemplo, de um país como o México, que tem mais de 90% de seu comércio vinculado a um grande parceiro. O Brasil não; o Brasil é o que chamamos de um *global trader*, se quiser, um *small global trader*, mas, de qualquer maneira, é um *global trader*. Então, nós nos víamos diante de uma grande questão: como nos inserir no mundo. O Mercosul surge nesse momento como uma resposta estratégica. Havia uma grande preocupação entre os nossos parceiros. Os nossos vizinhos tratariam de seguir o exemplo dado pelo Chile, pelo México, e que vinha sendo tentado também por outros países, como a Colômbia, de se inserir, mais explicitamente na economia do norte, negociar acordo de livre comércio com os Estados Unidos. O exemplo do Nafta teve um grande impacto na região. Nós vivenciamos, naquele momento, no início da década de 90, nos nossos parceiros imediatos, um grande interesse, uma corrente de opiniões dentro desses países extremamente favoráveis à negociação com os Estados Unidos. O Mercosul surge de uma maneira, nesse contexto, em que ele dá àquelas correntes de opinião que tinham uma visão diferente que o Brasil tinha que buscar um espaço próprio de inserção, que o Brasil era grande o suficiente e tinha uma posição geopolítica que justificava que buscasse ser ele mesmo um centro organizador no comércio da economia na América do Sul. Essa corrente de opinião que se contrapunha à corrente, digamos assim, pró-Nafta ou pró-norte, ganhou um reforço muito importante com a realidade do Mercosul, que surge no começo dos anos 90.

Então, na verdade, o Mercosul reequilibra a discussão dentro de todos os países, inclusive no Brasil, e coloca muito claramente, com muita força,



na agenda do debate público, a realidade da inserção regional brasileira e da realidade do Brasil como um país sul-americano e da importância do papel do Brasil na América do Sul.

Eu diria que, historicamente, o Mercosul cumpriu esse papel muito bem. Hoje, o Mercosul, com todos os problemas que tem – não estamos aqui para minimizar os problemas –, é responsável, em grande medida, por essa maior coesão relativa, pelo menos, que existe na América do Sul e, sobretudo, no Cone Sul, em comparação com o que poderia ser o cenário se, no começo dos anos 90, tivesse havido, de fato, um desgarramento, digamos assim, dos nossos vizinhos em direção a outros projetos, a outro tipo de inserção internacional.

Hoje, vivemos, de novo, grandes dilemas de inserção internacional, e as questões que nos apresentam são completamente diferentes. O mundo se transformou de uma forma inimaginável nesse período. E, hoje, há a grande questão do surgimento, no cenário econômico e político mundial, da Ásia e, sobretudo, da China. Então, mais uma vez, nós nos colocamos diante de um questionamento: como vamos nos inserir no mundo nesse cenário desafiador? Há quinze anos ou vinte anos, vivíamos isso, mas em relação a outras questões. A Iniciativa para as Américas, lançada pelo Presidente Bush pai, e a Alca estão nos livros de História, mas o Mercosul está aqui presente.

Esta é a grande questão: no futuro, como será? Que respostas encontraremos? Qual o caminho que vamos encontrar, como bloco econômico, diante da grande ameaça ou, pelo menos, dos grandes desafios que se nos apresentam com o surgimento da China no cenário econômico e político internacional?

O Mercosul tem, sem dúvida, grandes pontos a seu favor, aspectos de grande importância que facilitam, que ajudam a encontrar um caminho, uma resposta para essa questão da sua inserção internacional. E, talvez, a principal dessas questões esteja, principalmente, no poder do setor agroindustrial do Mercosul. O Mercosul é o território agroindustrial mais competitivo do mundo do ponto de vista dos mercados externos.

Neste momento, estamos vivendo a inversão completa daquela visão prebischiana, de que os produtos nobres eram os produtos industrializados e de que os produtos pobres eram os produtos da agricultura. Hoje, cada vez mais, vê-se que os insumos agrícolas, os alimentos assumem uma dimensão absolutamente estratégica. Basta ver as curvas dos gráficos de preço internacional dos insumos básicos da alimentação, para se verificar isso claramente, como também basta ver a movimentação de grandes países, como a China, nos seus investimentos – e isso vale para outros setores, como o da mineração. Basta ver a movimentação desses países em setores que são alvo de investimentos, em suas grandes empresas controladas pelo Estado, para se verificar que, hoje, claramente, o interesse estratégico está voltado para a



agroindústria. E o Mercosul, inevitavelmente, por muito tempo, estará no centro das atenções em função do seu poder agroindustrial.

Tudo isso aumenta a intensidade dos desafios que enfrentamos entre nós, entre os países do Mercosul, porque carregamos – e é uma questão de honestidade intelectual admitir isso – uma agenda de questões não resolvidas dentro do Mercosul. Acompanho, desde sempre, na minha função, as discussões que ocorrem aqui, nesta Casa; as manifestações que diversos representantes dos setores produtivos apresentam; as discussões envolvendo o mosto, o arroz, o trigo; as manifestações que se ouvem dos Estados da Região Sul com relação às grandes dificuldades que eles enfrentam nesse processo de interrelacionamento cada vez mais profundo com as economias e com os setores agrícolas dos demais países do Mercosul.

O Itamaraty tem perfeita consciência de que esse é um tema vivo, um tema candente, um conjunto de temas que requer ainda um debate profundo em busca de soluções. Então não se trata de minimizar a problemática do arroz, a problemática do trigo etc. Trata-se de não perder – e aí vem a visão da diplomacia –, considerando absolutamente válido, importante e atual esse debate e a busca de soluções, não perder o quadro geral do que representa o Mercosul para o Brasil.

Voltando brevemente à questão do cenário atual, com as preocupações que existem em relação ao avanço da indústria asiática, a questão dos preços, a entrada, a ocupação de mercado, a desestruturação de cadeias produtivas, tema que a Tatiana conhece muito bem, pois vive isso diariamente no MDIC, eu acho que...

Perdi o fio da meada. Pensei em China e me descontrolei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso acontece. É sexta-feira e todos nós nos deparamos com esse excesso de responsabilidade, que acaba afetando...

O SR. BRUNO BATH – Agora me voltou. Peço desculpas. Temos um Mercosul hoje, e acredito que a Tatiana tenha mencionado isso – peço desculpas porque me atrasei um pouquinho na chegada, por ter me perdido nos meandros do Senado –, temos hoje no Mercosul o principal mercado comprador da indústria brasileira. Quer dizer, a balança comercial do Estado de São Paulo, e isso está disponível da página do MDIC, o principal parceiro comercial comprador de manufaturas do Estado de São Paulo é a Argentina, o principal saldo da balança comercial do Estado de São Paulo é a Argentina. Isso é perfeitamente compreensível, porque se é o Estado que tem a maior produção industrial brasileira, é o Estado de onde sai a maior quantidade de produtos manufaturados por exportação, e a Argentina é o principal comprador atualmente de produtos industrializados brasileiros.

Portanto, nesse momento em que estamos vivendo uma transição em que a China ganha um papel cada vez mais crescente como fornecedor de



produtos industrializados ocupando espaços em nossos mercados, ainda temos, digamos assim, um período pela frente no qual a nossa indústria continuará encontrando, no Mercosul, mercados que lhe permitirão trabalhar com escala e manter um fluxo de exportações importantes.

Digamos, assim, que ganhamos uma espécie de sobrevida diante das ameaças e dos desafios que temos pela frente. Isso é extremamente valioso. Se temos que repensar a nossa inserção no mundo, se temos que nos reinventar, como ouvi outro dia uma menção sobre isso na imprensa, se temos que reinventar o nosso perfil industrial diante da realidade que nós encontramos hoje, os mercados do Mercosul ou o mercado ampliado do Mercosul é o fator que nos dá uma margem temporal absolutamente crucial para manter a nossa indústria com grau de produção em escala ainda bastante significativo.

Enquanto passarmos por essa transição, é natural que se pergunte: onde fica a agricultura nisso? Afinal a agricultura é o âmbito do Mercosul, onde o Brasil tem, digamos assim, problemas de falta de complementaridade até; tem uns desafios muito grandes.

Eu- só digo, em primeiro lugar, que reconhecemos que os problemas estão aí, que têm que ser discutidos. Temos que encontrar encaminhamento para eles, mas sem perdermos a visão do quadro maior da importância estratégica que o Mercosul tem para a economia brasileira, como um todo, e a produção industrial, também como um todo inclusive no que se refere à produção industrial para a agricultura.

Devemos ter presentes, por exemplo, que a produção de máquinas agrícolas no Rio Grande do Sul, em Caxias, em Nova Horizontina, era uma produção que, em grande medida, era exportada para os países do Mercosul. Estamos tendo problemas agora especificamente com a Argentina, sabemos bem, mas tradicionalmente são grandes mercados compradores das nossas máquinas agrícolas do setor produtor de implementos agrícolas. De certa forma, isso cria uma dinâmica perversa, porque são máquinas que vão incentivar a competitividade dessa produção, uma vez que uma parte vem para o nosso mercado. Outro elemento importante é a expansão dos investimentos brasileiros. Não encontrei um dado trabalhado mais profundamente, mais sólido, mas tenho visto referência de que 60% da produção de arroz do Uruguai vem de produtores brasileiros, de capitais brasileiros. Essa é uma realidade também: a expansão dos investimentos brasileiros para os países que fazem fronteira, que tem um efeito dinamizador sobre essa produção e também de aumento de competitividade. Parte disso reverte na maior competitividade no nosso mercado de livre comércio.

É uma dinâmica complexa e que deve ser tratada.

Concluo com o último comentário a respeito das questões institucionais do Mercosul. O Mercosul tem uma carência muito forte em um elemento sobretudo, que seria muito importante e faria uma diferença grande no



encaminhamento das questões, desses problemas, como se vê nas questões da produção agrícola na região sul do Brasil. É uma questão de institucionalidade. O Mersosul é um sistema aintigovernamental. Ele é completamente diferente da União Européia nesse sentido. Ele não tem estruturas supranacionais. A união européia também viveu grandes conflitos internos na área agrícola por muitos anos, mas ela desenvolveu uma estrutura supranacional poderosa, desenvolveu também um sistema de fundos de financiamento, de apoio aos setores, aos perdedores, digamos assim, aos setores mais afetados negativamente pela integração. Ela encontrou um caminho que não está livre ainda de dificuldades, mas que foi muito ajudado pela criação de estruturas supranacionais que ajudaram a canalizar esses conflitos intraeuropeus. É um esquema de integração de quatro governos soberanos com um grau de intergovernabilidade quase total e um grau de supranacionalidade absolutamente residual, praticamente inexistente.

Temos que ter criatividade de, mesmo sem poder dar o passo em direção à supranacionalidade, até porque isso envolve uma profunda discussão constitucional inclusive – discutir isso, mesmo que sem pensar necessariamente em tempo ou mesmo sem considerar a real factibilidade dessa discussão. Mas a discussão, em si mesmo, é válida, porque ajuda a esclarecer essas questões do funcionamento do próprio sistema.

Com criatividade, deveríamos encontrar alguns mecanismos para facilitar o entrosamento entre os governos do Mercosul para o tratamento dessas questões que, na verdade, afetam a todos. Temos um nível de diálogo muito bom, uma qualidade de diálogo muito boa com a Argentina na área, entre os Ministros da Agricultura dos dois países. Existe o Conselho de Agricultura da América do Sul, já existem estruturas de discussão e de encaminhamento de interesses na região. Mas acho que poderíamos dar alguns passos mais ousados.

Pergunto-me, por exemplo, se alguma coisa do tipo uma trading do Mercosul poderia ser pensada. Estava lendo, recentemente, que o Japão, em função da crise nuclear, vai ter que importar arroz. Pergunto-me se a gente não poderia melhorar os esforços conjuntos de acesso a terceiros mercados, independentemente de negociações com na União européia.

Essa é uma idéia que eu deixo, absolutamente verde, pensada há pouco. Em função um pouco da preparação para essa discussão e de leituras de matérias mais recentes, inclusive essa do Japão, que achei muito interessante.

Enfim, peço desculpas pela falta de estrutura, mas às vezes acho que dando assim um depoimento mais direto provoca mais um pouco atenções e espero que reações positivas.

Agradeço muito a oportunidade de poder dar esse depoimento,

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito a participação do Embaixador Bruno Bath, que é o Diretor do



Departamento do MERCOSUL do Ministério das Relações Exteriores renovando aí os agradecimentos à Rádio Senado, À TV Senado que faz uma transmissão ao vivo deste Ciclo de Debates podendo os nossos internautas acessarem com perguntas através da internet www.senado.gov.br/alosenado O twitter@alosenado e, pelo telefone 0800612211. A ligação é gratuita por telefone fixo, celular ou mesmo por telefone público.

Convido agora o Deputado Luiz Carlos Heinze para fazer a sua exposição.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Senador Roberto Requião, Carlos Sperotto, Vice-Presidente d CNA, Embaixador Bruno Bath e também a Dr^a Tatiana, é um prazer estar aqui, um assunto que já vimos debatendo já há algum tempo sobre essas diferenças do MERCOSUL. Nós todos entendemos sou do Rio Grande do Sul, de São Borja, na divisa com a Argentina, onde nós temos uma relação bastante próxima com os argentinos, e a gente sabe que o MERCOSUL para o Brasil é muito bom. Foi colocado aqui que São Paulo é o grande exportador par a Argentina. A balança pesa em favor do Brasil em todos esses anos. A exceção de um ou dois anos em que ela pesou desfavoravelmente para o Brasil. Mas infelizmente alguém paga essa conta. São Paulo ganha, o Brasil ganha, mas o trigo, Senador Requião, lá do seu Estado, ou do Rio Grande do Sul está pagando essa conta do MERCOSUL, assim como o arroz lá do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e um pouquinho do seu Estado, lá em Querência do Norte. Hoje, eles estão sofrendo com o arroz do Paraguai e também com o arroz da Argentina e do Uruguai pelas diferenças que existem.

Por isso nós estamos debatendo e acho que é muito importante, a partir dessa audiência pública, Senadora Ana Amélia, que a gente possa tornar isso aqui... Lá na Comissão de Agricultura da Câmara tem já tem uma comissão especial criada para debater justamente esse tema para podermos aprofundar mais essas relações e corrigir essas distorções. É por isso que precisamos do Ministério da Indústria e Comércio, precisamos também do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, enfim, para que a gente possa acertar alguns itens, por exemplo, que eu vou colocar.

O produtor Ricardo Gonçalves me passava ontem rapidamente um glifosato... O Ricardo é lá de Jaguarão, divisa com o Uruguai, um glifosato que lá em Jaguarão custa 5,80, lá no Uruguai custa 3,90 e na Argentina custa 3,00. Um trator Massey Ferguson fabricado no Rio Grande do Sul, lá em Jaguarão se paga R\$180 mil e no Uruguai se esse mesmo trator Massey Ferguson custa R\$120 mil, Uma colheitadeira, que no Uruguai custa R\$300 mil, fazendo a conversão, e no Rio Grande do Sul custa R\$460 mil. Isso vale para o Paraguai. O Deputado Reinaldo Azambuja do Mato Grosso do Sul, me passava que uma colheitadeira John Deere, lá no Paraguai custa R\$399 mil, isso em Pedro Juan Cabalero, e lá em Ponta Porã custa R\$590 mil. Ou seja, uma diferença de



R\$190 mil numa colheitadeira. Podemos pegar um trator John Deere que paga R\$191 mil um produtor do Paraguai e paga R\$260 mil um produtor do Mato Grosso do Sul.

O Senador Requião, quando foi governador, tinha um programa para as máquinas New Holland trator e colheitadeira, que fazia ainda alguma diferença, mas mesmo com essa diferença que o senhor tinha lá no seu Estado ainda é mais caro que os preços que um produtor do Uruguai, da Argentina ou do Paraguai paga por um trator ou uma colheitadeira fabricados no Paraná ou no Rio Grande do Sul e vendidos lá naqueles países.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Nos equipamentos de porte, sim, mas, nos tratores para pequena e média agricultura que nós licitamos e comercializamos, o nosso preço era mais baixo. Aliás, até uma comparação interessante com o programa do Governo Federal: o mesmo trator, da mesma fábrica, vendido e comercializado pelo Estado do Paraná, com apoio do Banco do Brasil, custava de 35% a 40% menos do que o trator comercializado pelo Governo Federal.

Vale salientar que o Governo Federal fez uma negociação com a Anfavea. Nós fizemos uma licitação que foi ganha pela New Holland, que tinha interesse na manutenção da frota e na perenização desse monopólio que, na prática, eles têm em fornecimento de peças. Assim, nós vendemos bem barato e com equivalência em produto, o que fez com que, ultimamente, as prestações caíssem.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Mas isso é específico do seu Estado, porque, no geral, o arroz do Rio Grande do Sul paga essa diferença. Então, essas são as diferenças que nós temos – e isso se soma.

Precisamos encontrar caminhos, por exemplo, para a questão da tributação, Embaixador Bruno Bath: o arroz produzido no Rio Grande do Sul é exportado com 12% de ICMS; para alguns Estados é com 7%. Assim, uma mesma empresa, que importa do Mercosul, se levar para São Paulo paga 7% – nós pagamos 12%; se levar para Minas Gerais, paga 0% – nós pagamos 12%; se levar para Pernambuco, paga 0% – nós pagamos 12%. Então, há diferenças cruciais que afetam a nossa competitividade.

Por uma tonelada de frete de Montevideu para o Nordeste, paga-se em torno de US\$60,00. Do Rio Grande para o Nordeste, paga-se US\$110,00 a tonelada. Vejam as diferenças que nós temos!

Eu pegava, hoje de manhã, com o produtor Antônio Ceolin, lá de Uruguaiana, Senadora Ana Amelia, a informação de que um litro de diesel, para um produtor que planta lá na Argentina, custa hoje R\$1,03 o litro. Lá em São Borja, no Rio Grande do Sul, no mesmo posto Petrobras, o produtor está pagando de R\$2,00 a R\$2,10 o litro.

Então, vejam que não é o produtor que não é competitivo; ele é competitivo, é muito eficiente, mas ele não consegue, infelizmente, concorrer



com essas distorções que o mercado tem. E é isso que nós estamos pedindo que o Governo brasileiro consiga corrigir.

A Gerdaui fabrica arame no Rio Grande do Sul. Se comprarmos no Uruguai, pagamos R\$145,00 um rolo; se comprarmos no Rio Grande do Sul, pagamos R\$280,00 o rolo. Como é que fica isso? Pelo mesmo rolo de arame com 1200 metros paga-se esse preço.

Então, são essas distorções que temos de corrigir. Isso é papel do Senado, é papel da Câmara, é papel do Governo Federal corrigi-las.

A respeito dessa diferença nos preços das máquinas, por exemplo, uma vez eu peguei a nota e constatei que uma máquina John Deere-1175, que passava na ponte de São Borja, indo para a Argentina (aqui custa R\$345 mil), tinha um preço ali de R\$218 mil, ou seja, R\$126 mil de diferença. E esse dado é de 2008. Então, todas as diferenças fazem com que o produtor acabe não sendo competitivo.

O Embaixador colocava que boa parte do arroz produzido no Uruguai e na Argentina é de gaúchos, no caso, brasileiros. E eles vão para lá justamente pelas condições mais favoráveis de produção; depois, vêm concorrer com quem planta no Brasil. Então, nós precisamos corrigir isso.

Vivemos uma crise permanente, não pela quantia que, digamos, é internalizada... Até o volume chega a ser mais ou menos 10% do nosso consumo; mas esses 10% distorcem o mercado interno pelas diferenças de frete, pelas diferenças tributárias e pelas diferenças dos custos de produção. Um hectare de arroz no Rio Grande do Sul custa US\$2.400,00; um hectare de arroz na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, de US\$1.400,00 a US\$1.500,00. Como é que um produtor vai concorrer com isso?

Existem defensivos que não conseguimos usar aqui no Brasil. Nós não podemos comprar. O produtor que vai ao Uruguai buscar um litro de um determinado defensivo é contrabandista. Agora, o arroz que usa aquele defensivo entra aqui no Brasil concorrendo com o nosso arroz. O trigo que usa aquele defensivo entra aqui no Brasil concorrendo com o nosso trigo.

Essas distorções nós precisamos corrigir, pela parafernália... Por exemplo, hoje, na questão dos registros dos defensivos, nós temos aqui no Ministério da Agricultura e no Ministério do Meio Ambiente e na ANVISA, leva-se, em média, 38 meses para se registrar um defensivo, quando, no mundo inteiro, leva-se três ou quatro meses. Quem paga esse custo? Logicamente é o produtor e o consumidor. Essas, as diferenças que nós precisamos corrigir. Existem defensivos pelos quais se chega a pagar 10% do preço que se paga no Brasil se os comprar no Uruguai. Então, realmente fica muito difícil para que um produtor consiga, digamos, sobreviver nesse processo: carga tributária, frete e custo de produção.

Para isso aqui tudo, Governador Requião, eles têm lá o sistema do IVA, e esse IVA é devolvido ao produtor. Ele paga no diesel, ele paga na



máquina, ele paga no defensivo, ele paga no fertilizante, mas, depois, quando vende, o produtor de lá se credita, ou seja, desconta-se para o produtor. E, quando ele exporta, quando vai vender o arroz, por exemplo, para qualquer país, ele recebe o preço pelo qual vendeu no mercado internacional e recebe, ainda, Senador Ana Amelia, 21% de IVA de volta.

Então, tudo isso faz com que a nossa produção não seja competitiva.

Esta é uma audiência pública importante. Foram levantados alguns pontos, mas precisamos nos aprofundar e acertar essa relação. Ninguém é contra o Mercosul. O que nós temos que fazer é corrigir essas distorções, porque o que é bom para São Paulo, para a região do Rio Grande do Sul que exporta, enfim, com a geração de emprego etc... Mas o grande problema é que alguém paga a conta, e esse alguém é o produtor de trigo, o produtor de arroz, o produtor de alho, de cebola, de uva e de vinho. Basicamente são esses os produtos mais afetados com essas distorções que nós temos no Mercosul.

Por isso é importante essa reunião, Senadora Ana Amélia, porque é o início de um processo de discussão onde esperamos contar com o Ministério da Indústria e Comércio, com a Dr^a Tatiana também, com o Embaixador Bruno Bath, do Ministério das Relações Exteriores, para que possamos corrigir essas distorções. Vamos corrigir acertando aqui dentro do Brasil.

Eu pedi ao Ministério da Fazenda, à Receita federal e nunca ninguém me disse – nem as indústrias me disseram –, relativamente à questão tributária em cima de uma máquina, qual é a vantagem que ele tem para levar uma colheitadeira para a Argentina, para o Uruguai ou para o Paraguai? Ninguém sabe me dizer o que era de imposto que tinha. Pedi à Receita Federal, às indústrias e nunca ninguém me deu resposta específica sobre esse assunto. Sei que no Programa Mais Alimento tem uma diferença, porque é um sistema diferente.

O que nós precisamos é baratear o custo de produção. As nossas são as melhores máquinas do mundo, mas não conseguem concorrer com esses produtos quando chegam nesses países sem tributos. Seguramente, se eles importarem da China ou de outros países, o custo ficará lá embaixo também, o que é bom para o Brasil, mas é ruim para o produtor de trigo, para o produtor de arroz, alho, cebola, uva e vinho.

Então, levantamos essas questões aqui para que possamos nos aprofundar e corrigir essas distorções, para que o nosso produtor seja competitivo. Ele é competitivo na produtividade, na qualidade do seu produto, mas não é competitivo no custo de produção, porque não depende dele. Não é o produtor que manda no diesel. A Petrobras é um grande orgulho para todos nós. Hoje, a grande imprensa coloca que é a segunda ou terceira maior empresa em lucratividade no mundo. Ótimo! Bom para o Brasil! É a maior empresa da América Latina, mas o lucro dela... Um produtor, que está vendendo arroz hoje a



R\$17,00, como lá em Querência do Norte – e ninguém quer comprar esse arroz a R\$17,00 –, está pagando o diesel mais caro do mundo, especialmente se comparado a um produtor lá da Argentina.

Então, essas são as questões importantes que precisamos corrigir e, por isso, o debate que estamos levantando hoje aqui.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Heinze, abordando as questões que afetam diretamente a produção, especialmente do caso do arroz, do trigo e de outros produtos.

O Embaixador Bruno Bath deixou claro que as autoridades, especialmente as da área diplomática em nosso País, reconhecem essas dificuldades, e é preciso enxergar o Mercosul na floresta e não apenas as árvores. Nós vamos avaliar aqui as árvores e a floresta também nesse Ciclo de Debates que trata das assimetrias do Mercosul.

Então, para encerrar a parte expositiva desse Ciclo de Debates, convido o Vice-Presidente da CNA, que é também o responsável pela Associação dos Produtores Rurais do Mercosul,

Então, para encerrar a parte expositiva deste ciclo de debates que tratam desse assunto, convido o nosso Vice-Presidente da CNA e também a Associação dos Produtores Rurais do Mercosul.

Antes, lembro aos nossos telespectadores que estão acompanhando esta transmissão, ao vivo, pela TV Senado e pela Rádio Senado, que eles podem fazer participação direta pela Internet, pelo endereço eletrônico www.senado.gov.br/alosenado, ou pelo Twitter, no perfil @alosenado, ou pelo telefone 0800-612211. Essa é uma ligação gratuita que pode ser acessada por telefone fixo, por celular ou por telefone público. Será um prazer contar com a participação popular.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos Rivaci Sperotto.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Amelia, que, hoje, como Presidente eventual desta Comissão, representa o Senador Acir Gurgacz.

Nós, do setor produtivo, sentimo-nos muito gratificados no momento em que estamos aqui quase num feriado. Sexta-feira, à tarde, é quase um feriado. Quero saudar a plenária que aqui se faz presente. Saúdo o Senador Requião, que nos acompanha. Temos a certeza de que a interação que está sendo proporcionada vai justificar, Senadora Ana Amelia, a posição e a intenção dos senhores, levando ao Brasil não somente o tema relativo ao Mercosul, que é o assunto desta reunião – e muitas outras reuniões se realizarão.

Também cumprimento a Tatiana, que representa o MDIC, organismo com o qual temos tido muitos acessos. E vou me louvar de uma frase utilizada pela Tatiana, de que o Brasil é muito eficiente na agilização de



divulgação de dados. Eu gostaria que, com esse dito da Tatiana, tivéssemos uma estratégia, como a do Brasil, de consolidarmos a credibilidade que o Brasil tem nos dados que informa – e apostamos que essa é uma verdade – e de provocarmos os outros, para que também tragam suas posições, para que, de peito aberto, possamos encontrar soluções, num momento em que estamos vendo que o mundo está à busca de alimentos. Esqueceu-se disso, por dois anos, quando se deu a crise da bolha imobiliária nos Estados Unidos. Parecia que haviam preenchido todos os estoques de alimentos no mundo. Todo mundo se esqueceu disso, porque, naquele momento, o tema girava em torno dessa preocupação. Aí, por dois anos, houve uma recuperação em relação a isso. Agora, ressurgem essas teses.

O Mercosul é o tema que, hoje, estamos a tratar aqui. Também saúdo o Embaixador Bruno Bath. Quero dizer que temos tido não somente com o Itamaraty, não especificamente no Mercosul, mas também com os demais países, uma avidez de reuniões, o que nos entusiasma. Estamos vivendo um momento muito bom, Embaixador. É importante que se registre isso.

Também contamos aqui com a presença do Ministério da Agricultura, por meio dos seus organismos, que nos chamam ao assunto.

Portanto, eu daria sequência ao que o gaúcho Heinze trouxe aqui, que é assunto que diz respeito ao Mercosul. É importante conseguirmos dizer ao Brasil que o Mercosul não é o sul do Brasil tratando de vários assuntos, mas, sim, é o Brasil tratando, juntamente com outros países, das necessidades de um bloco. Aí, Senadora, no âmbito nacional, estamos buscando um posicionamento que já justifica todo esse esforço dos senhores parlamentares que acompanham estas reuniões e dos que, em casa, nos acompanham. É um caminho que será vencedor e, acreditamos, profícuo.

É muito mais fácil falar depois de tantas manifestações. Tenho aqui a representação e me foi repassada a posição de eu trazer aqui uma visibilidade do setor produtivo e, ousar dizer, não só do setor produtivo brasileiro. No Brasil, temos presença numa entidade que trata desses temas, que trata justamente desse assunto.

O Mercosul está comemorando vinte anos sem festa, sem nada. Acredito que, com o Mercosul completando vinte anos, não tendo ele sido dissolvido, já somos vitoriosos e não necessitamos de comemoração. Acreditamos que esse não foi um assunto que ficou tratado meramente em reuniões esporádicas que viessem a ser realizadas. Somos testemunhas de que temos... Por isso, há quatorze anos, fundamos uma associação de produtores do Mercosul, que é o Grupo Farm, Federação das Associações Rurais do Mercosul, que atua junto aos governos, buscando uma harmonia – este é o termo que se está buscando.

Não há dúvida de que, há quinze anos, estávamos em peleia permanente no Rio Grande. Peleia é um termo nosso. Trancava-se a entrada de



produto daqui, não entrava produto, fazia-se isso, fazia-se aquilo. O Brasil inteiro nos acompanhava, e nós, gaúchos, entusiasmávamo-nos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não está morto quem peleia.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Não está morto quem peleia.

Nada melhor que contar com a presença aqui do Senador Requião, que conhecemos há muito tempo e com o qual temos tido um diálogo construtivo, no sentido de fazer propostas arrojadas, na busca de soluções, e acredito que a construção do Mercosul é uma dessas propostas.

Nós, produtos rurais, conseguimos harmonizar essa situação e criar um grupo de trabalho. Criamos o setor isoladamente e, com esses objetivos, criamos a rotatividade. Não pode haver um colegiado em que exista um mando único. Então, há uma rotatividade dentro de um ano.

Represento a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e, até anteriormente, quando a CNA ainda não havia despertado para isso, havia isso na Federação da Agricultura, que convive mais com os Estados do Sul. Então, consolidamos essa posição. E, hoje, há duas entidades representativas: a Sociedade Rural Brasileira (SRB), presidida pelo Sr. Cesário Ramalho, nosso companheiro permanente de atuação; e a CNA, por mim representada.

Nossas discussões, para ficarem em campo neutro, ocorrem na sede do Mercosul, em Montevidéu. Lá está instalada nossa secretaria, onde nos reunimos sistematicamente. Há reuniões rotativas permanentes. Há eventos de setor. A Expointer é um dos eventos centralizadores dessas reuniões. Neste momento, quero declinar da Expointer, para virmos ao Brasil central, para fazermos as reuniões com esse grupo, como fizemos em Palermo, na Argentina; em Prado, no Uruguai; na Associação Rural do Paraguai; no Chile – depois, vamos comentar que estendemos um pouco o Mercosul –; e na Bolívia.

Alguns probleminhas vão surgir, mas eu diria que, em 2006, proporcionamos uma alteração de estatuto, transformando a entidade como personalidade jurídica de Direito Internacional. Com isso, ganhamos *status* e estamos dando justificativa a esse processo, o que nos permite avançar na institucionalização da organização internacional perante outros organismos e fortalece a representação regional dos produtores.

Fazem parte desse colegiado a Argentina, com as Confederações Rurais Argentinas (CRAs) e com Sociedade Rural Argentina (SRA); o Brasil, com a CNA e com a Sociedade Rural Brasileira (SRB); o Paraguai, com a Associação Rural do Paraguai; e o Uruguai, com a Associação Rural do Uruguai e com a Federação Rural do Uruguai. Então, essas são as entidades que, inicialmente, compuseram o colegiado. Depois, isso foi enriquecido, no sentido do Mercosul ampliado.



Havia um fator importantíssimo: o de que trabalhávamos com a meta fundamental da busca de sanidade para os nossos rebanhos.

O diabo é que o vírus da aftosa não sabe o que é Uruguai, Argentina, Bolívia. Tivemos de ampliar. E os interesses também se somavam. Os interesses, no sentido de construção, aí se fizeram presentes. O Chile estava meio renitente, porque estava à frente de um processo, mas, hoje, é um baita companheiro. Então, podemos dizer que estamos com a Farm, que representa o Mercosul ampliado.

Poderiam dizer: “Quanto a essa associação de produtores, isso é muito relativo”. Mas é uma associação de produtores que atuou junto ao órgão oficial, o Conselho Agropecuário do Sul (CAS), formado por ministros de agricultura do Mercosul ampliado. A associação dos produtores atuou como entidade assessora do CAS, num primeiro momento. Então, conseguimos uma janela. Fizemos reuniões ininterruptamente no período anterior às reuniões do CAS. Aqui, diga-se de passagem, hoje, o Presidente do CAS, num quadro também rotativo, é o Ministro Wagner Rossi, que, inclusive, conduziu a primeira reunião dele em Montevideu, ou melhor, em Buenos Aires. Nós nos orgulhamos muito da participação dele, da forma como conduziu os trabalhos, com objetividade.

Então, há uma janela nesse processo, para fazermos a apresentação. A Farm faz, portanto, a cada reunião, uma síntese das proposições que se catalizam em todas as entidades. Elaboramos recomendações sobre temas pontuais relevantes, documentos de posição do Setor Primário para substanciar o que se está encaminhando. Independentemente disso, há algo importante de ser relatado: estamos pensando em construir posições. Realizamos projetos de cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). É uma entidade que reúne produtores e que leva consigo propostas objetivas de fatos a serem realizados. Internamente, tratamos de posições comerciais intrabloco, de dificuldades políticas, de livre circulação de bens, serviços e oscilações.

O Deputado Heinze comentou o assunto. Vou solicitar uma reunião da Farm, para que possamos, antes de qualquer coisa, antes de uma posição posta pelo setor arrozeiro do Brasil... Não só o Rio Grande do Sul, mas também Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso estão com a mesma dificuldade em relação a seus produtos. Desfizemos aquela posição de debate, de peleia – utilizei esse termo inicialmente –, e, hoje, há uma rodada de bom entendimento. Inclusive, o Embaixador sugeriu uma rodada, na busca de harmonizar exportações para terceiros países, o que é justamente nossa intenção. Prontamente, estaremos lá ou os traremos para o Brasil, para discutirmos essa questão. Se possível, traremos a indústria junto. Vamos envidar o máximo esforço nesse sentido. As ações são objetivas no sentido de se buscar isso.



Discutem-se também acordos com a União Europeia. Depois, quero encerrar minha manifestação com a leitura de um comunicado da Europa, da União Europeia – é importante que isso fique registrado. Estamos discutindo também com outros blocos regionais e nos fixamos aqui.

Se olharmos aqui, veremos que, hoje, o Mercosul é o grande provedor de alimento do mundo. Hoje, há mais 150 milhões de hectares que podem ser, de imediato, utilizados. Olha que estou considerando nessa quebra o que estão querendo nos tirar de um quadro referente a outro tema que não é objeto da presente reunião, que são as reservas que têm de ser feitas num código que penaliza os brasileiros – gostaria que ficasse claro que essa é uma opinião pessoal.

Mas vamos nos ater ao que somos perante o contexto mundial. Gradativamente, se olharmos os resultados que temos auferido nesse processo, se observarmos dados de cinquenta anos atrás – são dados do Ministério da Agricultura, não são dados da CNA, nem da Farm, nem do Sperotto –, vamos verificar que, no Brasil, havia uma produtividade de 783Kg/ha em grãos e que, hoje, a média é de 3.173Kg/ha. Vou repetir: a nossa produtividade era de 783Kg/ha há cinquenta anos; hoje, são 3.173Kg/ha. E, se prospectarmos outros produtos, como o arroz e a soja, vamos ver que há um teto de produtividade mundial e que, se fizermos um *ranking*, aí o Brasil estará presente, competindo. Não tenho dúvida de que a tecnologia, de que a absorção de tecnologia faz parte de diversos programas que foram disponibilizados, para que se chegasse ao campo, para que houvesse acesso isso.

Tenho um crédito de tempo. Senador, o senhor deixou oito minutos; o outro, quatro minutos. Posso? É que me estão ouvindo no Rio Grande e no Brasil inteiro e, depois, vão me dizer: “Mas você não disse isso, não disse aquilo”.

Eu diria que o aspecto de sanidade animal, ao qual já me reportei, foi o grande elo que manteve o Grupo Farm unido. É um milagre o Brasil conseguir um combate à febre aftosa num hemisfério, pois o Brasil é um hemisfério. E temos obtido êxito em todos os resultados, porque tratamos de preservar nossas vizinhanças, de incluí-las no processo e de harmonizar as posições. Aí o Grupo Farm tem uma presença marcante. Por meio do Conselho Veterinário Permanente, nossos técnicos, juntamente com técnicos de governo, montam ações a serem desenvolvidas, com destaque para a erradicação e o controle da febre aftosa. Já desenvolvemos também o controle da Mosca-da-Bicheira, que os castelhanos chamam de Gusano Barrenador, que causa prejuízos em populações de pouco cuidado, em pessoas. Estamos num processo de desenvolvimento. Participamos desse processo. E, inclusive, estamos preocupados não somente com o presente, mas também com o futuro. Um grupo de jovens produtores rurais, no Mercosul, está participando disso,



para haver substituição. Do contrário, não poderemos descansar, não é, Requião?

Por favor, vamos adiante. Esse assunto já foi praticamente tratado aqui. Diversos quadros de desequilíbrio existem no que diz respeito a cada país. Há o aspecto econômico e social, o tratamento de diferenças de desenvolvimento econômico entre os países, e é muito difícil querer harmonizar isso, porque isso é individual – nossos parlamentos e todos os setores é que vão determinar a disponibilização para isso.

O Tratado de Ouro Preto, que determinou o início do processo, por meio do Conselho do Mercado Comum, em 2007, estabeleceu um grupo de trabalho, para que se firmassem mecanismos para desfazer as assimetrias, o que é objeto desta reunião. O que definiu esse Conselho? Esse Conselho definiu a criação de um grupo de alto nível que operasse quando necessário, quando fosse convocado. Há um pilar de ações de desenvolvimento e de integração de economias dos países que não têm acesso ao litoral marítimo, como é o caso do Paraguai. Há o caso do Uruguai, naquele momento, em 2007, com ações de apoio à competitividade das economias menores e concentradas. Hoje, no Uruguai, sua economia, por meio do setor agropecuário e do setor de turismo, está muito bem pautada, em posições bem diferenciadas das de 2007.

Temos acesso aos mercados regionais e aos do resto do mundo. Então, são situações que estamos verificando. O Paraguai e o Uruguai desenvolveram propostas de superação de assimetrias e de facilitação de mercados. E tivemos acesso aos Presidentes. Independentemente de quais fossem os Presidentes dos países, fomos ouvidos. Entendíamos que estávamos construindo um processo, para atender a essas demandas.

Vamos adiante!

Os dados da Tatiana já me dão 90%; eu tinha os dados de 1980. Então, quero correção nos dados. Não me vou louvar em percentuais, porque já existe um *ranking* melhor, atualizado. E temos confiança nisso. É que não queremos penalizar os demais também com um índice muito alto. A Argentina, o Paraguai e o Uruguai estão muito dependentes do setor agropecuário. O setor industrial brasileiro se destaca com a maior representatividade. Então, esses inquilinos não se fazem presentes. O Paraguai e o Uruguai têm pauta exportadora concentrada. E podemos dizer aqui o seguinte: o Uruguai é excelente negociador, buscador de mercados elitizados. O Uruguai conquista mesmo uma posição. É como o alpinista: quando se crava um grampo, o que se quer é puxar o corpo inteiro. Aí, talvez, o Brasil esteja se utilizando desses expedientes.

A Argentina está ganhando espaço, mas com desníveis que ocorrem de repente, como o do entendimento entre setor produtivo e governo. No Rio Grande, isso nos possibilitou um ganho de espaço muito grande no setor carne. Tivemos de fazer um esforço para atender os mercados que a Argentina



deixou de atender e ficamos muito gratos. A ideia é sentida. Acreditamos que não se trata de competitividade. Não queremos o espaço de ninguém. No mundo, há espaço para todos.

Quanto a investimentos em educação, vamos apanhar, Srs. Senadores, porque, na Argentina, no Uruguai e também no Paraguai, há investimentos mais significativos. Vamos registrar os pontos positivos, mas vamos também trazer de lá contribuição para solucionar os pontos negativos.

Quanto a investimentos estrangeiros, permanece, no Brasil, a ansiedade de implantar grandes investimentos, mas não em detrimento de outros países do Mercosul, porque essa visão ampliada se faz presente dentro do quadro.

Quanto ao nível de burocracia, isto aqui é que é danado! Ali, do outro lado, na Argentina e no Uruguai, há deputados que, inclusive, já se complicaram por causa de documentos. Temos de melhorar isso aqui.

Penso que o Parlamento do Mercosul, que será instalado, é o ponto, Senadora, ao qual gostaríamos de registrar nosso apoio, nossa concordância. Que os parlamentares do Mercosul venham aqui, para trazer contribuição ao Itamaraty, aos que já estão trabalhando! Temos a certeza de que, aí, sim, daremos o grande passo e poderemos comemorar, não nos vinte anos, em que não conseguimos brigar, mas poderemos comemorar o que se ganhar daí para frente.

Vamos adiante! Vamos acelerar, porque já gastei 18 minutos, sem contar o tempo dos outros.

Da distribuição já tratamos. Vamos passar! A Tatiana já apresentou esses dados de produção.

Quanto aos desafios de disparidades, há desvantagens de tamanho. Isso está relacionado ao tamanho econômico, não ao tamanho geopolítico dos países. A solução passa, sim, por uma vontade política de se fazer isso. É lógico que existem limites óbvios de restrições orçamentárias em cada país, que serão determinantes para se aderir ou não.

Temos de ter em mente que, tratando-se de Mercosul, os grandes não são ricos. Os considerados ricos não são, de fato, ricos. Portanto, todos nós temos de nos agregar, temos de conduzir o processo na nossa ótica, no nosso sentimento.

Para concluir, quero dizer que, anteriormente, as negociações internacionais eram feitas por tarifas de cotas, mas, hoje, estão sendo regradas justamente por normativas internacionais, emanadas de OIE, de códigos alimentares, de convenções internacionais.

Então, a elas, logicamente, temos de nos ater. O Ministério da Agricultura está muito atento a isso. Está havendo um avanço no trabalho que estamos realizando.



Quanto à manutenção e crescimento de comércio, é fundamental priorizar a harmonização no Mercosul de discussões de acordo sobre medidas fitossanitárias e sanitárias. Temos um grande potencial de desenvolver e conduzir esses processos de ocupação do espaço da demanda que existe, e isso passa pela harmonia. Se não houver entendimento e respeito entre as diversas entidades, dificilmente, vamos construir um bloco.

Adiante! Já nos referimos à grande valia de um programa integrado de combate à febre aftosa e também ao Fundo para a Convergência Estrutural.

Quanto às ações da Farm, estamos aí ativamente participando também de reuniões da Organização Internacional de Epizootias (OIE), onde se definem todos esses regramentos. É importante dizer que nossa entidade tem voz nesse colegiado, mas não tem voto. Mas temos entendimento com todas as representações que, até então, foram do Brasil. Estamos juntos, levando o assunto, dando apoio e buscando o apoio de outros países, no sentido de consolidarmos as posições e de buscarmos, em 176 países que representam a OIE, as decisões. Então, atuamos politicamente, dentro do quadro da busca de consenso, o que é bom para o País.

A Zona de Alta Vigilância é uma zona crítica que houve no entorno do Paraguai. Conseguimos, por meio de uma solicitação à OIE para que intervesse, que fosse determinada uma zona em que a vacinação fosse feita na divisa com a Bolívia, com a Argentina e com o Brasil. Isso foi feito oficialmente, com agulha oficial. Esse processo já passou. E, agora, houve por parte da OIE a liberação. Essa Zona já voltou a se integrar a um procedimento de zona livre sem vacinação.

Temos desenvolvido reuniões, como já comentei, com o Conselho Veterinário Permanente, que é o órgão técnico que assessora o Conselho Agropecuário do Sul. Há representantes ali se fazendo presentes. Houve tratativas em Recife no início do mês. Também estávamos lá.

Pode seguir adiante.

Temos um problema. Não há só coisas boas. Temos uma dificuldade muito grande. Há uma cláusula que, quanto à adesão ao Mercosul, exclui a presença de membros autoritários. Isso está criando uma dependência em relação à inclusão da Venezuela nesse processo. É um procedimento que está no colegiado do Paraguai, pois já passou por esta Casa, pelo Uruguai e pela Argentina. Não cabe que avancemos nesse assunto, mas fica o registro da nossa preocupação. Atualmente, a Venezuela tem voz, mas não tem voto, ou seja, está como nós estamos na OIE. Se assim ficar, penso que fica bem. Essa é preocupação da Farm, pois, no nosso entendimento, o sistema político da Venezuela pode limitar acordos com terceiros, com blocos, que venham a prejudicar o bloco como um todo. Quando se encaram blocos e ações comerciais, temos de olhar o sucesso e o êxito de resultados. Não queremos criar impacto ou qualquer constrangimento, o que não significa que vamos



capitular. Ninguém abandona suas posições. Mas que isso não seja inserido no contexto.

Então, apostamos muito no Parlasul. Queremos registrar isso nesta Casa.

Queremos nos integrar, logicamente mantendo as posições, composição, articulação, interação ativa e definição, e dizer que gostamos muito da forma como está sendo proposta a criação de um parlamento para tratar desse assunto, pois entendemos que esse tema merece essa dedicação.

Não há dúvida de que o Brasil tem de liderar esse processo. A nós compete, com modéstia, sabedoria, parcimônia e habilidade, conduzir as coisas, uma vez que ninguém quer tirar proveito em detrimento do prejuízo de outros. Essa é a nossa posição. Sociedade civil tem que participar do processo, não tenho dúvida, temos que abrir mais, e volto a dizer: Mercosul não é do sul; Mercosul é do Brasil e o Brasil tem de ser representado.

Mais uma? Só posso dizer muito obrigado pelo espaço que me deram de abrir essa conversação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito a sua exposição, Dr. Carlos Rivaci Sperotto...

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Fiquei devendo, Senadora,
...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A questão da União Europeia.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Fiquei devendo. Falei e não falei.

Só para encerrar. Comunicado de imprensa da União Europeia dos produtores, dos fazendeiros, e das cooperativas.

“Durante a audiência pública celebrada hoje no Parlamento Europeu, a entidade Copa-Cogeca tem advertido do perigo de uma ulterior liberação de comércio agrícola com o Bloco Comercial Latino-Americano Mercosul.

Mercosul tem resultado em crescimento fenomenal de suas exportações agrícolas, a multiplicar-se por cinco os seus excedentes comerciais desde 2000 e a União Europeia em seu principal mercado. Uma ulterior liberação de intercâmbios comerciais aumentará a dependência de Mercosul para nossos produtos alimentícios e expressa pelos agricultores da União Europeia. Isso causará graves danos a médio prazo e problemas que possam vir a deflorestamento, no sentido de que parece que para crescermos temos que deflorestar.”

O Brasil não precisa derrubar uma árvore para ser o terror e o temor deles. E o Mercosul, idêntica posição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Carlos Sperotto, que é Diretor Conselheiro da Federação das Associações



Rurais do Mercosul e também Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Eu abro a palavra ao Senador Requião, que tem grande experiência nas relações diplomáticas, por ser também de um Estado celeiro do Brasil, tanto quanto Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu sou o primeiro inscrito, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – É o primeiro inscrito, Senador. É o primeiro inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Prazer enorme estar aqui nesta reunião, encontrando o meu amigo Sperotto, com o qual eu divido uma grande paixão, que é a pecuária de pequeno porte, a ovinocultura. O Sperotto introduziu no Rio Grande do Sul a expertise dos cortes de ovelhas, que não andou muito bem, não é Sperotto, em determinado momento, mas deixou a experiência...

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Faltou produto. Esse é o alerta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Lembro que, àquela época, eu estava comprando 200 mil ovinos no Uruguai para introduzir no Paraná a ovinocultura, o que de resto foi um sucesso e hoje o Paraná é um grande produtor. Não tem posto de gasolina de estrada onde você encontre uma ovelha no espeto; a produção é muito grande.

Logo depois desse período, eu fui Presidente do Parlamento do Mercosul, sucedendo o Presidente argentino Alfonsín na forma com que ele se estruturava naquele momento. O debate, Senador, é muito interessante. E fico aqui lembrando algumas coisas nesse contexto.

Gostei muito da produção do Sperotto, Luiz Carlos, porque ele colocou a perspectiva de cidadania sul-americana. Ele não se colocou numa perspectiva egoísta de interesse apenas brasileiros.

Sperotto entendeu que os nossos interesses se comunicam de uma forma estreita com os interesses da América do Sul. E só vamos poder enfrentar esses grandes mercados, quando o fizermos juntos.

Outro dia, a TV Senado apresentava um dado bem interessante que não foi exposto nem pela Tatiana Prazeres nem pelo embaixador. Nós caímos, de 45% da totalidade das nossas exportações de produtos industrializados, para 39%. Nós estamos nos transformando numa *plantation*, numa forma mais ou menos desregada. Acorre-me esse dado no momento em que vejo uma euforia enorme com a abertura da China para importação de suínos brasileiros.



Isso me remete a uma reunião que tive na China na época em que assumi, pela primeira vez, o Governo do Paraná, com Li Peng, o primeiro-ministro. Ele me dizia da sua enorme preocupação com a poluição daquelas plantas fantásticas de criação de suínos de 80, 100, 150 mil unidades de cabeças de porcos, da dificuldade enorme para resolver o problema sanitário. Espero que, ao lado da alegria, da possibilidade de exportação, não estejamos importando um problema que eles não conseguiram ainda resolver.

Nós temos uma porta aberta com a produção de alimentos e, ao contrário do mundo, o Brasil ainda taxa a agricultura. O Japão produz deficitariamente arroz, mas mantém sua produção com altos subsídios. Seu custo de produção é muito maior que dos outros países da Ásia. Na França, a muitos anos atrás, em uma conversa com Michel Rocard, ele nos informava que àquela época, antes do euro, uma cabeça de gado, uma vaca, recebia um subsídio equivalente a US\$2,5 mil para que o agricultor a mantivesse viva com as dificuldades do inverno, garantindo para a França a segurança alimentar. E nós ainda estamos tributando. O que podemos fazer nesse processo?

Ao fim dessa minha ligeira intervenção, eu quero relembrar uma proposta que urdi durante minha passagem pelo Senado antes desses dois últimos períodos de governos do Paraná na companhia do Samuel, meu amigo Samuel Pinheiro Guimarães. Nós temos que reduzir a carga tributária de maneira definitiva. O custo dos insumos, Deputado, está muito ligado hoje à depreciação do dólar e à apreciação do real. Mas conseguimos, sim, baixar custos com algumas atitudes positivas.

Veja, Deputado, como se sentiria ou se sentiu um agricultor primo de um beneficiário do Programa Trator Solidário, do Paraná, que comprava um trator de 55 cavalos traçados por R\$50 mil e o primo vizinho, lindeiro, pagava um trator do Governo Federal por R\$80 mil, financiado pelo mesmo banco, porque o nosso financiamento era também uma parceria com o Banco do Brasil. Duas visões diferentes do problema. O Estado do Paraná estimulando a pequena e média propriedade e o Governo Federal estimulando a produção de máquinas em um acordo sem licitação com a Anfavea. Nós licitamos e o Governo Federal escapa da licitação e providencia um financiamento direto para o produtor. Então, não era o Governo que comprava numa licitação escala, mas o Governo apenas financiava o preço que o produtor pagava a uma das montadoras da Anfavea.

Por isso, já vemos que existem possibilidades de redução de impostos, mas tínhamos que encarar isso de uma forma decidida. Quer ser universal, cante a sua aldeia. Não é isso, embaixador? Você é mais moço que eu, mas na minha época de universidade, era a minha palavra de ordem dos meninos de 68 na França e do Marshall MacLuhan. "Para ser universal, cante a sua aldeia."



Dentro das limitações do Governo do Paraná, nós tomamos algumas atitudes. E eu vim ao Senado com o propósito de fazer com que isso repercuta no Senado e nas possibilidades de alteração na legislação brasileira. Não se pode estimular a agricultura. Em nível de Estado, é possível. Nós tínhamos uma empresa de energia elétrica, a Copel. Peguei-a falida, recuperei-a; hoje, sem sombra de dúvida é a melhor do Brasil, extraordinariamente lucrativa e capitalizada com a tarifa mais baixa do País. Racionalização administrativa não é choque de capitalismo, que leva à consequência do aumento da tarifa. É choque de gestão: racionalização e seriedade.

Nós descobrimos que as turbinas giravam também à noite, não com a mesma intensidade porque a água era contida, mas girava também à noite, e energia elétrica não se armazena. Não se armazena e se dissipa. Então, criamos um programa de irrigação noturna. Como surgiu esse problema? Na Suíça, embaixador, numa reunião que eu o Presidente Lula tivemos com o Kofi Annan, ele dizia: "Não se preocupem tanto com os agrotóxicos. O problema da humanidade é irrigação de plantações acima de tudo. Se não houver água, não tem adubo químico e agrotóxicos que resolva o problema da produção.

Nós passamos a reduzir o custo da energia elétrica para a irrigação noturna com uma defasagem, um abatimento de 75% sobre o preço da energia urbana e criamos um programa de financiamento de insumos de irrigação que financiava todo o projeto e os equipamentos com extraordinários juros de 1%; não 1% ao mês, mas 1% ao ano, porque era simplesmente um juro simbólico, para termos o registro dos investimentos e da ampliação do projeto. Com isso e outras medidas, que vou citar rapidamente, conseguimos acabar com o famoso êxodo rural no Estado do Paraná. E pela primeira vez, em décadas, passamos a ter um aumento do número de propriedades privadas no campo e o aumento da população que regressava às propriedades familiares.

O trigo, o Deputado Luiz Carlos Heinze falou sobre o problema com o trigo. Deputado, quando fui Governador do Estado, Paraná e Rio Grande do Sul produziam 90% do trigo consumido no Brasil. Era 80% no Paraná e 10% no Rio Grande do Sul e o resto do País produzia 10%. E nós acabamos exatamente com esse número confirmado à época. Hoje não é assim. Tivemos uma queda simplesmente brutal da produção, inclusive no Paraná. A Argentina, à época, tinha um trigo maravilhoso e um custo de produção fantasticamente inferior ao nosso. A Argentina usava agrotóxico como uma mulher elegante usa perfume em suas orelhas: uma quantidade mínima, porque o frio e a turfa das planícies argentinas praticamente dispensavam o adubo e os produtos químicos. E tinha um trigo de superior qualidade. Mas recentemente entrou na aventura de importar uma semente de maior produtividade da França com o trigo de qualidade altamente questionável e abriu para nós a possibilidade de avançarmos novamente nessa produção.



O que fizemos no Paraná? O Governo do Estado, no estímulo à produção do trigo passou a garantir o seguro agrícola com 100% do seu custo para os produtores. Agricultor que planta trigo no Paraná não tem risco. O seguro é pago pelo Estado na sua integralidade. Qualquer problema que exista por efeito natural com a safra é coberto pelo seguro e o seguro não é financiado, é carregado pelo Estado do Paraná.

Entramos na guerra dos incentivos. Numa véspera de eleição, o Geraldo Alckmin faz a mágica de tirar o imposto do açúcar do importado. Liquida com a nossa produção, porque, com isso, favorecia evidentemente os produtores estrangeiros. Vinha açúcar da Argentina, do Uruguai e não tínhamos como concorrer. Eu zerei o imposto no Paraná e fizemos frente a esse problema. Ruim a guerra fiscal, mas inevitável na proteção do mercado interno e da sobrevivência do setor.

Passamos a financiar pesadamente a agricultura, a pequena, a média e a grande. Se o Sperotto der uma olhada no BRDE, com cuidado, ele vai ficar enfurecido, porque o Paraná financiou mais do que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul juntos. No primeiro dia de governo, eu reuni as cooperativas com a diretoria indicada pelo Estado e coloquei ao BRDE, à sua disposição, financiamento, que é, sem sombra de dúvida, fundamental. E daí lançamos o programa de tratores. Pasmem os senhores: chegamos a distribuir 7,7 mil ou 8 mil tratores até hoje a preços 40% abaixo dos preços do mercado, dois anos de carência e equivalência em produtos. Como eu disse numa intervenção que fiz durante a exposição dos senhores, o preço caiu, porque o preço dos produtos foi reduzido no Brasil a equivalência em milho. Caiu o milho, as prestações, em vez de aumentarem ao longo do tempo, caíram também.

Isso é fantástico para a modernização da agricultura pequena e média! Mas onde quero chegar? Quero chegar no desregramento da condução do nosso projeto agrícola. Lembra Sperotto quando inventaram a aftosa no Paraná sem que tivessem comprovado em um único boi, em uma única vaca? Extremamente benéfico para grupos das *tradings*, que haviam feitos contratos fora do Brasil e que não poderiam honrá-los porque estávamos numa situação difícil. O único motivo para não serem penalizados com a quebra dos contratos era inventar uma aftosa no Paraná, e assim ficamos alguns anos até que agora estamos livres da aftosa sem vacinação, como também Santa Catarina. É a forma pouco séria com que esses problemas todos são tratados. Agora estamos já na fase do sem vacinação.

O que podemos fazer pensando em Mercosul? Havíamos elaborado uma proposta. Temos que pensar na América do Sul, em uma aliança fantástica do Brasil com esses mercados. Pela exposição até agora apresentada, na verdade, o Mercosul é Brasil e Argentina. A possibilidade de exportação do Paraguai é minúscula e a do Uruguai é quase nada. E o que a



gente tinha elaborado, além de uma redução drástica de todos os tributos, de todos os impostos considerando a segurança alimentar e o fator estratégico da agricultura para a defesa do País, era uma abertura ampla para os países limítrofes: Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. Nós abríamos as fronteiras e eliminaríamos a tributação exclusivamente para os produtos que não fossem objeto de maquiagem; os produtos verdadeiros produzidos nesses países. E o Brasil teria, com isso, problemas em alguns setores, mas esses problemas seriam compensados imediatamente com subsídios satisfatórios, e nós estaríamos avançando na venda dos industrializados. Estaríamos ganhando também com os conhecimentos da Argentina no processo de olerícolas com essa tecnologia toda. Mas veja o que aconteceu com a Argentina. O Sperotto comemorava sem muita alegria, mas com alguma ironia, o nosso avanço no mercado internacional de carne. Aconteceu por quê? Porque a Argentina foi transformada numa *plantation* de soja. A pecuária argentina desapareceu e os espaços foram ocupados pela plantação da soja, e nós, que tínhamos um rebanho, à época em que fui governador pela primeira vez, de 150 milhões de cabeças, tínhamos uma fruição inferior à da Argentina, pela sua qualidade de carcaça, com 40 milhões de cabeça. Hoje a Argentina não tem mais isso. Talvez 25 ou 30 milhões de cabeça de gado, Sperotto.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Quarenta e duas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Quarenta e duas. É, levando em consideração vinte anos, um decréscimo brutal na sua produção. E nós melhoramos a qualidade da carcaça, estamos avançando na exportação.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Nós, 204 milhões.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Nós, 204 milhões; mais do que a população do País.

Mas, veja, temos que avançar na linha do Governo do Lula: aumentar o mercado interno, o poder aquisitivo do povo, produzir alimentos para os brasileiros e exportar também.

Mas não podemos perder o vezo, a tendência, a oportunidade do crescimento da industrialização.

Nós importamos 50% dos produtos agrícolas da Argentina, mas, na verdade, praticamente não exportamos produtos agrícolas, não exportamos *commodities*. É uma tendência, é um vezo. É a América do Sul tratando de produtos primários. É evidente que, nessa conta, não levamos em consideração as *commodities* brasileiras exportadas para a China, que puxaram a nossa economia nos últimos anos: os *pelletings*, os minérios e tudo o mais. Mas temos aí uma possibilidade clara de desenvolvimento: integração, eliminação de impostos para a agricultura, financiamento, diversificação.

Apostei muito na manutenção do meio ambiente no Paraná. Mas cada apertada que eu dava na possibilidade de aumento da produção por



degradação da natureza do produtor agrícola era compensado com um incentivo muito mais pesado do que o prejuízo que pudesse ser causado. Acho que por aí temos um caminho a traçar. Agora cobrar imposto sobre trator e esperar que a agricultura seja compensatória e que garanta a segurança alimentar de um país é uma tolice. Vamos fazer o que faz a França, o que fazem os Estados Unidos, o que faz a Europa, mas apostando muito no crescimento do mercado interno, no aumento do salário do povo, na capacidade de consumo e trabalhando também de forma racional, não assumindo a poluição das fantásticas plantas de produção de suínos na China, mas produzindo aquilo que pudermos produzir com a manutenção da qualidade ambiental e garantindo a nossa participação no mercado do mundo com equilíbrio, com aumento significativo da industrialização. Sem industrialização não existe independência, não existe país que possa sobreviver. E essa industrialização tem de ser dirigida na medida da nossa possibilidade e avanço tecnológico para o processamento dos produtos agrícolas, para o processamento dos produtos da nossa pecuária.

O Mercosul é um caminho, mas fundamentalmente, eu estou com Sperotto. Respeito visão de cidadania sul-americana. Respeito e valorização dos nossos companheiros e dos nossos vizinhos e um olhar privilegiado das nossas relações com a Argentina, que é quem, junto com o Brasil, tem algum peso pelo menos para dar a partida nesse processo.

Senadora Ana Amelia, eu colocaria ao exame dos palestristas essas ideias que coloquei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Ótimo! Então, com a palavra a Drª Tatiana, depois o nosso embaixador Bruno Barth e os demais palestrantes, Luiz Carlos Heinze e Dr. Carlos Sperotto.

A SRª TATIANA LACERDA – Eu gostaria de fazer alguns comentários pontuais que, de alguma maneira, relacionam as diversas falas feitas na sequência da minha. Gostaria de chamar atenção para as questões tributárias, para a importância do debate sobre tributação e comércio exterior brasileiro. O Brasil ainda hoje exporta tributos. Isso precisa ser enfrentado de frente, é um tema muito importante, muito caro para a agenda da competitividade do Brasil, para agenda da inserção do produto brasileiro no mercado internacional.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Ao contrário do que tentou a Presidenta argentina, não utiliza o tributo para a defesa de um setor nacional. Nós estamos utilizando tributo como instrumento de arrecadação e não como instrumento de política agrícola e agropecuária para valorizar setores. A Lei Kandir acabou com a industrialização no Brasil. A Lei Kandir fechou todos os processadores de soja que existiam no Paraná e nós estamos valorizando o produto primário e tributando o produto industrializado. Nós precisamos inverter esse processo.



A SRª TATIANA LACERDA – Naturalmente a questão da tributação precisa ser vista no seu conjunto. Esse é um componente muito importante também para a competitividade no Brasil de forma geral.

A questão da guerra fiscal nas importações também é um tema que faz parte da agenda do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estamos atentos a esse fenômeno, um esforço que naturalmente envolverá o Congresso Nacional com vistas à busca da melhor solução possível para essa questão que, de fato, afeta a indústria brasileira no mercado brasileiro.

O esforço ao combate ao que é desleal, as importações ilegais, as fraudes na importação, as importações desleais, aquelas importações que entram no mercado brasileiro de maneira desleal, seja com *dumping*, seja em função de subsídios proibidos em outros países, enfim, o Ministério do Desenvolvimento também tem a clareza da importância desse tema para a competitividade da indústria brasileira e do agronegócio.

Finalmente eu gostaria de fazer uma referência justamente ao comentário do Senador Requião em relação à importância da agregação de valor no Brasil. O Brasil precisa conseguir justamente explorar a competitividade do agronegócio, agregando mais valor dentro do País e enfrentando escaladas tarifárias para acesso ao mercado em outros países. Nós identificamos com muita clareza, por exemplo, na questão da soja, um imposto de importação baixo e um imposto de exportação muito mais elevado para o farelo, para o óleo etc. Esse é um tema que também é caro ao Ministério do Desenvolvimento e certamente também ao Ministério do Itamaraty, que busca justamente a eliminação desse tipo de barreira, para que possamos cada vez mais fazer proveito da competitividade inerente ao agronegócio brasileiro, estimulando justamente a agregação de valor no País.

São esses os comentários que gostaria de fazer, agradecendo, mais uma vez, pela oportunidade.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – No momento, a agressividade, a deslealdade maior na balança comercial brasileira é o dólar depreciado. Com o dólar a US\$1,57, não existe forma de setor algum da nossa economia ser competitivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Antes de passar a palavra para o embaixador, só queria lembrar novamente que os internautas podem participar desse debate, enviando suas perguntas ou observações. São muito valiosas as observações sobre esse ciclo de debates sobre as assimetrias no Mercosul. E podem fazê-lo pela Internet, no www.senado.gov.br/alosenado ou pelo [Twitter@alosenado](https://twitter.com/alosenado) ou ainda por telefone, no 0800612211, a ligação é gratuita tanto do telefone fixo, como do celular ou do telefone público.

Antes de passar ao embaixador Bruno Bath, o que o Senador Requião falou como políticas fundamentais para o setor agrícola, lembrando até



como referência, como fazem os países ricos da Europa ou da América do Norte em relação à segurança dos países, que não é segurança militar, mas deveria ser a segurança alimentar... A comida é um fator de estabilidade. Penso, Senador Requião, que os produtores rurais de todos os cantos deste País devem ter sentido como música o que o senhor disse: eliminação de impostos, subsídios e também medidas compensatórias, no caso do câmbio que V. Ex^a cita agora como desastre para quem exporta não só no setor agrícola mas também no setor manufatureiro.

Com a palavra o embaixador Bruno Bath.

O SR. BRUNO BATH – Muito obrigado, Senador Ana Amelia. Estou muito agradecido pela oportunidade de estar aqui e ouvir os comentários e as reações ao que foi exposto aqui no início. Acho que foi um debate extremamente rico.

Do ponto de vista da nossa participação negociadora no Mercosul, eu vejo como muito importante um ponto levantado aqui pelo Dr. Sperotto. Essas questões que tratamos aqui relativas às assimetrias nas estruturas tributárias dos países e outras questões que diferenciam muito as condições de competitividade entre os países do Mercosul elas encontrarão um apoio muito importante, um respaldo muito importante para o seu tratamento no Parlamento Mercosul.

O Parlamento do Mercosul está em pleno processo de constituição. Fui informado, inclusive, de que o projeto que prevê a eleição direta da primeira bancada brasileira, prevê essa eleição em 2014. Acho que é um passo extremamente importante. O Parlamento do Mercosul tem tudo para ser a caixa de ressonância dessas discussões e de ser um canal importantíssimo de proposição aos governos, de caminhos e soluções para essas questões que estamos tratando aqui. De modo que vejo como um avanço institucional muito importante no Mercosul, a constituição do parlamento na sua forma definitiva porque, no momento, encontra-se numa fase transitória. Eu não poderia concordar mais com as palavras do Senador Requião, no que S. Ex^a apontou em relação à importância fundamental de uma noção de cidadania sul americana. Nós, na última presidência *pro tempore* brasileira do Mercosul que se encerrou na reunião presidencial em Foz do Iguaçu, em dezembro, propusemos e fizemos aprovar no Mercosul um plano de ação para a definição de um estatuto de cidadania do Mercosul, em dez anos, englobando vários aspectos, por exemplo, a padronização do documento de identidade, a eliminação gradual das limitações à circulação de pessoas, o aperfeiçoamento do sistema previdenciário, do acordo multilateral de previdência do Mercosul, que permite que as pessoas que trabalham, do outro lado da fronteira acumular tempo de serviço e se aposentar com a aposentadoria conforme o tempo acumulado. Inclusive, já existe o primeiro aposentado do Mercosul, que é um



cidadão paraguaio. Aposentou-se recentemente e trabalhou um determinado número de anos no Brasil e hoje ele recebe ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É o Solano Lopes, não é, que nós aposentamos. *(Risos.)*

O SR. BRUNO BATH – Nos próximos anos vamos ter um número crescente de aposentados do Mercosul. As relações com a Argentina são absolutamente centrais nesse processo. O nosso destino está totalmente associado ao destino do nosso maior vizinho. Temos um número muito maior de interesses em comum do que divergências. A imprensa, e é natural que seja assim, coloca muita ênfase nos problemas, nas dificuldades, mas olhando fria e serenamente as relações entre o Brasil e a Argentina fica claro que hoje somos países que têm muito mais interesses em comum a defender do que disparidades. Por mais que haja diferenças entre os nossos países em termos de tamanho, economia, em termos de grau de desenvolvimento da base industrial, especialmente em um mundo que se configura, diante de nossos olhos com essa imensa demanda por alimentos e, como mencionei no início da minha intervenção anterior, desafios na área industrial, que enfrentamos com a concorrência asiática, nossas preocupações e as da Argentina são muito semelhantes, na verdade. Isso se vê na negociação com a União Europeia, onde apesar de que a Argentina, muitas vezes, é apontada como um país mais resistente, nós sabemos muito bem que o Brasil também tem preocupações ligadas à competitividade do setor industrial que são da mesma natureza das preocupações argentinas.

Portanto, não faz o menor sentido pensarmos essas questões separadamente. Faz todo o sentido pensarmos conjuntamente e avançarmos, tanto quanto possível, unindo forças com o nosso maior e mais importante vizinho imediato, que é a Argentina.

São os dois comentários que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia Bloco/PP – RS) – O Embaixador Bruno Bath deve ter esposado os ideais que, em 1815, o constituinte Saenz Peña declarou a respeito da relação entre o Brasil e a Argentina: Tudo nos une, nada nos separa. *(Intervenção fora do microfone.)*

Só o rio da Prata nos separa.

Passo agora a palavra ao Deputado Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Senadora, também entendo que, se nós juntarmos as forças, acho que a última fronteira agrícola do mundo é o Brasil, é o Uruguai, é a Argentina, é o Paraguai. Quer dizer, estamos aqui nessa região.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Carlos Rivaci Sperotto.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – O que precisamos fazer é corrigir essas distorções que existem e enfrentar outros mercados e não nos



olharmos como concorrentes. É isso que está ocorrendo nesse momento justamente por essas distorções.

Então, acho que é oportuno, Embaixador Bruno Bath, nessa comissão que estamos criando na Câmara, envolver também, Dr^a Tatiana essas discussões. O Senador Requião coloca na questão das máquinas. Veja o absurdo de o Brasil ser o maior exportador de minério de ferro do mundo e as nossas indústrias de máquinas agrícolas estarem comprando aço da China. O aço produzido aqui no Brasil é muito mais caro que o aço da China e o minério de ferro sai daqui para lá. Imagina em quanto poderíamos reduzir o custo das nossas máquinas se tivesse ... Alguma coisa existe em cima desse processo. Então, essas questões nós precisamos acertar, o que vai baratear o nosso custo.

E o Senador Requião coloca também a questão tributária, muito importante, porque nós aqui pagamos tributo alto. Volto a falar, o *diesel*, por exemplo, R\$2,00, o *diesel* lá é da Petrobrás. Eu ouvi que nós exportamos quase que US\$800 milhões de *diesel* do Brasil para lá; e lá o produtor paga a R\$1,00 o litro de *diesel* na nossa moeda e aqui eu pago R\$2,05, R\$2,10.

A SR^a TATIANA LACERDA – É o peso da tributação.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Aqui estão essas questões que temos que corrigir. O produtor não aguenta isso aqui. Então, temos que acertar essas questões, e isso é bom para todos. Nós vamos produzir mais. Inclusive uma visão que estamos tendo, de discutir muito essa questão, pegando esses mercados complementares, o excedente de arroz, por exemplo, do Mercosul, transforma-se em álcool. Agora, é preciso uma política pública de governo. Nós temos um excedente, o Estado do Rio Grande do Sul não produz um litro de álcool, praticamente, quase nada, é insignificante e pode produzir com cana-de-açúcar e com o próprio arroz, com o excedente de arroz, para que possamos usar no Uruguai, na Argentina e no próprio Rio Grande do Sul.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu antevejo aí o saquê Luiz Carlos Heinze. (*Risos.*)

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Pode ser. É muito bom.

Então, acho importante, Senador, V. Ex^a tem o conhecimento e eu gostaria até de aproveitá-lo, porque nós queremos discutir na Comissão de Agricultura a questão das máquinas agrícolas; essas diferenças e o que V.Ex^a fez lá é basicamente a questão tributária, não é o custo. Pode um dia, um Deputado, lá na Comissão dizer: não, temos que trazer máquinas. Nós não precisamos trazer de nenhum país do mundo; nós podemos fazer as máquinas mais baratas do mundo, porque basicamente o que temos em cima dos nossos tratores, colhedeiças e plantadeiras são custos tributários. Se pudermos acertar isso.



O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, no caso do Paraná essa explicação não serve. Até hoje não entendi, porque nós não tributamos máquinas agrícolas. O Governo Federal pagou mais caro porque fez um acordo com a Anfavea e nós pagamos mais barato porque fizemos uma licitação, como se fosse uma compra para o Estado. Depois, financiamos para os agricultores, mas com o valor máximo no valor de compra do Estado.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Veja Senador, V. Ex^a falou do irmão lá que comprou um trator por 50, o primo pagou 80 e um outro vizinho dele, um pouquinho maior, pagou 110, pelo mesmo trator. Então essas diferenças não podem existir aqui dentro do Brasil, não estou nem falando do Mercosul, mas existem aqui dentro do Brasil, existem no seu Estado. O cara que não está no Mais Alimento, o cara que não estava no seu programa paga mais de 100 mil reais. Então, essas questões temos que corrigir, produtor é produtor e se ele tiver condições, quem vai ganhar com isso é o consumidor. Hoje, quem está subsidiando o consumidor brasileiro é esse produtor. Então, nesse sentido, é tirado dele aquilo que ele não consegue.

Então por isso, Dr^a Tatiana, vamos precisar depois de uma conversa lá. É importante, nós conversamos com o Ministro no outro dia em que ele esteve na Argentina, tratando desse assunto. Nós precisamos acertar essas diferenças porque é bom para os nossos produtores e é bom para o Brasil. E, logicamente, achamos caminhos para essa questão do Mercosul. Não, eles simplesmente olharem o Brasil como o seu grande mercado consumidor nesse caso dos alimentos, e juntos nós procurarmos, Embaixador Bruno Bath, mercados como é o caso do arroz, em que estamos engatinhando, mas podemos fazer.

Agora, imagina, nós produzimos trigo, sermos hoje o maior importador de trigo do mundo e pegarmos dinheiro do Governo para exportarmos trigo. Tem cabimento isso? Alguma coisa está errada nesse processo aqui. Nesse mecanismo, as coisas não estão funcionando como devem funcionar. O caso do trigo é um exemplo clássico disso aqui. Se conseguiu mecanismos de recurso para fazer a exportação de trigo. E o Brasil é o maior importador de trigo. Imagina, o que está havendo? Alguma coisa está errada nesse processo. O mercado não está funcionando, por isso precisamos corrigir essas distorções e o trigo e o arroz são os mais prejudicados nesse processo aqui. E juntos vamos conseguir.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Essa questão do trigo é interessante. Lembro-me bem, porque foi um dos capítulos importantes do meu primeiro governo.

O trigo argentino era tão barato, pela fertilidade da terra, pelo frio que evitava a necessidade de agrotóxicos, que passamos a pensar em substituir a cultura de intercalar o inverno por forrageiras. Estávamos introduzindo a



pecuária leiteira, não é, Sperotto, compramos, à época, 40 mil cabeças de gado holando argentino e colocamos em diversos tambos, trazendo a possibilidade da construção de bacias leiteiras no Paraná. Mas, o que não podíamos prever é a bobagem da Argentina, que acabou com o trigo para plantar soja e comprou a semente francesa, que tem mais produtividade e não tem nenhuma qualidade. Então, de repente o nosso ficou competitivo, mas nós não iríamos poder controlar essas variáveis. Elas surgiram talvez até por falta de um entendimento do próprio Mercosul. Se nós tivéssemos conversado juntos, nós não teríamos tido essa queda de produção nossa, nem a Argentina essa brutal queda de espaço e de qualidade. Faltou o Sperotto comandar lá essas discussões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Gostaria agora que o Dr. Sperotto contestasse as ...

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Contestando já encerro. No primeiro plano, me coloco à disposição.

O senhores vêm o potencial que temos de trabalhar juntos aqui neste Senado contando com o meu amigo Requião, Senador Requião. Ele tem demonstrado e dito em alto e bom som que nós temos uma visão, cujos horizontes estão se somando. E acho que é um bom momento, Senador, de nós podermos tocar, juntamente com a nossa Senadora Ana Amélia, com a nossa Comissão de Agricultura, vamos formar uma frente aqui, bastante positiva, com dados concretos de experiência e conhecimento que temos de história e com visão de futuro. Sou colega, sou companheiro e a nossa entidade aqui, a nacional como também a regional, é companheira. O Rio Grande tem uma posição que cabe a dizer aos outros Estados porque nós sofremos o impacto da vizinhança e a simultaneidade de culturas. Todos os produtos produzidos no Uruguai e na Argentina produzimos simultaneamente, e o Paraná, também, com a vantagem de que o Paraná tem uma vizinhança maravilhosa, que é São Paulo, um centro consumidor e com as boas cabeças que estão lá. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – São Paulo e Rio de Janeiro, são os grandes centros consumidores.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – São Paulo é um país vizinho e nem sempre é amigo do Brasil, não é.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Pois é, mas nós nos habituamos com o colonialismo, então, se é assim que quer chegar. Mas nós vamos nos ater à posição de que temos algo a fazer e volto aqui a colocar, Senador, a posição de, inclusive, convidá-los para conversarmos, nesse momento do arroz. Não planto nem um grão de arroz, vamos deixar bem claro. É uma visão de reconhecimento de dificuldade de um setor, cultura fundamental neste País. O mercado de arroz mundial tem 23 milhões de oferta no mercado mundial. O Brasil consome 13 milhões e 600 mil por ano. Não pode estar dependendo de ir ao mercado buscar. Há um conceito de que país que come



arroz, planta arroz, isso sim. Só que a tecnologia chegou, o produtor absolveu e nós estamos produzindo mais e estamos tendo os excedentes dos nossos vizinhos, Uruguai com 25 anos de 3 milhões e 300 mil uruguaios, não é uma população estática. Os uruguaios vão e voltam, mas o Uruguai tem 3 milhões e tanto, um consumo baixo, mas com excedentes; a Argentina, também olhando esse aspecto. E a cultura, no Rio Grande do sul, é impactante sim. Aqui eu gostaria de registrar um ponto de preocupação. Lá hoje estamos com o gado a preço bom, com o trigo já com posição melhorada. Estamos com a soja, fora as intempéries que, de ontem para cá surgiram de pedra em determinada região, lá na tua Lagoa Vermelha, Senadora Ana Amélia.

Mas, parece-nos que a cultura antecipada... Estamos tendo a colheita e estamos com preço em todos os produtos agrícolas, o milho, também, com um bom preço. Com relação à suinocultura, quem não levar daqui, não tenho dúvida de que o porco se faz disso, a ave se faz disso; o preço do milho é o que sustenta. O frango não é nada mais do que uma espiga de milho com asa; do suíno, também, a alimentação básica é milho. Agora, o arroz está mal, o arroz precisa de socorro.

O arroz precisa de um entendimento e não só do Rio Grande, do Paraná, de Santa Catarina e do Mato Grosso. Ontem, inclusive, tivemos oportunidade de chegar ao Vice-Presidente; tivemos uma audiência com S. Ex^a. Fomos muito bem ouvidos ...

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No exercício da Presidência da República.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Exatamente, agregue-se essa posição. S. Ex^a dedicou-nos o tempo necessário para podermos obter o entendimento e, ato contínuo, deu sequência, comunicando-se com o Ministro da Agricultura que veio ao gabinete dele, por esse ou outro motivo. O fato é que tivemos a felicidade de, com ele também contatar, com a adesão do Ministério da Fazenda e também da área técnica do Banco do Brasil. Então, as coisas estão andando, não só as coisas ruins a gente tem que trazer. Temos que poder alimentar porque tem muita gente lá no interior nos ouvindo e estão sabendo que os parlamentares estão fazendo, que os parlamentares estão tocando, as lideranças estão junto. O setor a quem compete decisões está nos abrindo oportunidade de olhar. Então, vamos acreditar em fatos. E esse assunto com o Uruguai nós nos dispusemos a formalizar aquela reunião ou lá ou aqui e gostaríamos de contar com os parlamentares que pudessem nos acompanhar.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada Dr. Sperotto. Quanto à proposta do arroz, foi encaminhada pela Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul, em correspondência do Deputado Adão Villaverde, do Deputado Chicão Gorski, Presidente da Comissão de Agricultura, do Vice-Presidente Frederico Antunes e do Deputado Edson Brum, da Comissão de Constituição e Justiça, um pedido de emergência e de socorro,



um S.O.S., à Presidenta Dilma Rousseff para a suspensão temporária da entrada do arroz de terceiros países, principalmente do Mercosul, no mercado brasileiro.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Seria interessante nós já chegarmos com uma posição de adesão, de entendimento.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E eu gostaria de saber da Drª Tatiana, já que está na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério, se essas negociações já estão sendo feitas, até como uma resposta e um alento para esses produtores que estão alarmados, não só no meu Estado, mas no Estado do Senador Requião e, também, em Santa Catarina.

A SRª TATIANA LACERDA – Como mencionou o Embaixador Bruno Bath, nós estamos em contato permanente com a Argentina. Nós temos uma comissão bilateral de monitoramento de comércio, não só com a Argentina, mas também com o Uruguai e o Paraguai. Nós estamos, enfim, tomando conhecimento da demanda, da urgência, da sensibilidade do pleito. E, certamente, avaliaremos, junto com nossos parceiros do Mercosul a melhor maneira possível para evitar que o setor sofra os prejuízos que estão sendo indicados aqui.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aqui vem uma pergunta do Senado, o Edilson Pereira pergunta e encaminho ao Embaixador Bruno Bath: Em 20 anos, o que o Brasil efetivamente ganhou com o Mercosul?

O SR. BRUNO BATH – Quantos minutos para responder? *(Risos.)*
(Intervenção fora do microfone.)

O Senador Requião já respondeu.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Quem fez a pergunta não assistiu à exposição.

O SR. BRUNO BATH – O Senador Requião já respondeu melhor do que eu faria.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas o Edilson merece uma resposta diplomática.

O SR. BRUNO BATH – É claro, é claro. Como eu disse, o Mercosul eu estava vendo aqui – e vou usurpar os dados que a Tatiana, Secretária de Comércio Exterior nos trouxe –, e a questão não podia ser mais eloqüente. Da exportação brasileira para o Mercosul, considerando a exportação brasileira para o Mercosul um fator agregado, 91% é de manufaturados. Esse quadro é mais do que eloqüente, essa porta. É um mercado que por excelência compra ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu acho que o autor dessa pergunta está querendo é a encampação dos países do Mercosul, o que não é possível nem desejável.



O SR. BRUNO BATH – Quer dizer, são mercados que se suprem intensamente da produção industrial brasileira, produção essa que gera empregos de qualidade e impostos no Brasil.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Embaixador, nessa mesma medida, a pergunta vem da Daniela Braz, que pergunta: A formalização do Bric, que é junção do Brasil, Rússia, Índia e da China acabou de acabar com o Mercosul ou não?

O SR. BRUNO BATH – Não, não. O Bric é outro animal, completamente diferente.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Temos que cuidar da ...

O SR. BRUNO BATH – O Bric é, digamos assim, um mecanismo de coordenação entre grandes países em desenvolvimento, os chamados países emergentes no cenário internacional, de diversos continentes, com uma agenda muito ampla; é uma agenda tanto de coordenação de posições sobre as grandes questões da agenda internacional, como, também, o desenvolvimento de uma agenda de cooperação entre eles. E eu diria que o Bric é, fundamentalmente, um esquema de articulação política entre grandes economias emergentes no cenário internacional.

O Mercosul é algo completamente diferente. O Mercosul é uma união aduaneira, fundada por um tratado, que cria tanto a união aduaneira quanto uma área de livre comércio, com uma tarifa externa comum. Ou seja, uma entidade física, os países formam um mesmo conjunto geográfico, tem um mecanismo de solução de controvérsias. Quer dizer, o Mercosul é uma instituição de integração econômica com uma dimensão política também e, cada vez mais, de cidadania; de integração e de entrelaçamento das economias.

O Bric é um mecanismo de cooperação de países que estão separados geograficamente.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – É um entendimento comercial. É um acordo entre o Brasil, Rússia, Índia e China e que, ontem, com a adesão da África se dispôs a olhar, também, justamente os grandes problemas.

Acredito que os países que têm os grandes problemas também têm a oportunidade de ter as grandes soluções.

O SR. BRUNO BATH – Um último comentário apenas é que o tamanho do Brasil faz com que em inúmeros interesses, nos quais o Brasil atua, sejamos um país com uma política externa extremamente multifacetada e rica. Quer dizer, o Brasil atua em diversas frentes ao mesmo tempo. E é assim mesmo; é natural que seja assim, ou seja, uma não anula a outra, pelo contrário, são frentes distintas que compõem uma política externa que tem, claro, determinadas diretrizes coerentes. Mas, é da natureza da política externa brasileira, pela sua grande riqueza, diversidade, pelo tamanho, do próprio



volume de interesses que o Brasil tem, em atuar em diversas frentes, como é o caso do Bric e do Mercosul.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Um comentário apenas. Quero ouvir primeiro o Deputado Luiz Carlos Heinze, mas quero depois fazer um comentário a respeito dessas questões, das restrições ou das barreiras que a Argentina está levantando, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Drª Tatiana, essa solicitação que foi feita pelo Rio Grande do Sul, nós temos falado sobre esse tema. A Argentina, comumente, quando há algum problema barra A, barra B e faz. É o caso de máquinas e outros setores. Nós estamos vivendo esse problema nesse momento; é urgente. Entrou, de janeiro para cá, em torno de 200 mil toneladas em quatro Estados do Sul, esses três países praticamente ali.

Realmente, é difícil e precisamos resolver. Daria para acelerar essa discussão para podermos ter uma posição. Sabemos que o Governo brasileiro olha pelo lado maior. Não, o Brasil está ganhando. Agora, alguém está perdendo e esse alguém é que está pagando essa conta hoje. Então, se pudéssemos acelerar essa proposta que foi colocada aqui em cima de um determinado momento, até que nos acertemos. Enquanto não conseguirmos corrigir essas distorções, lá na frente teremos que compensar. E o Presidente Lula mesmo dizia, quando falávamos com ele há oito anos que havia um problema absurdo, que tinha que haver compensação.

Passaram-se oito anos, Senador Requião, e até hoje não houve a tal compensação. Vamos ver se agora, Senadora Ana Amélia, a partir dessa reunião de hoje, com a Comissão trabalhando *full time* nesse tema, nós conseguimos corrigir. E basicamente são distorções tributárias que têm em cima da nossa produção e que têm que ser compensadas pela concorrência desleal que temos.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora, o Brasil já deixa de ficar sozinho, especialmente na produção agrícola. Secretária Tatiana, nosso Embaixador Bruno, Dr. Sperotto e Deputado Heinze, as mesmas medidas de restrição comercial, ou burocracias que se traduzem por barreiras estabelecidas pela Argentina com o Brasil, não só em manufaturados, mas em outros produtos, a União Européia também está sofrendo.

Então agora, Brasil e União Européia têm, digamos, um reforço de posição. Tanto que a União Européia, pelas licenças não automáticas, regime pelo qual a Argentina adotou no comércio entre a União Européia e a Argentina e entre o Brasil e a Argentina, dentro do Mercosul, a União Européia está dizendo que não só poderá ir a OMC reclamar dessa atitude unilateral mas, também, já sinaliza com dificuldades adicionais num futuro e sempre complicado acordo Mercosul União Européia, porque exatamente é no setor agrícola o nosso principal gargalo e o nosso principal problema.



Eu não sei que comentário o senhor faria sobre isso, Embaixador Bruno.

O SR. BRUNO BATH – Como estamos em uma audiência pública, vou me eximir de comentar especificamente a situação argentina. Agora, o que posso dizer é que já passamos por essa situação em outros momentos, quando houve a crise internacional em 2008 e houve, também, um surto de problemas com a Argentina. São situações ...

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cíclicas, são?

O SR. BRUNO BATH – Elas respondem a questões ...

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pontuais?

O SR. BRUNO BATH – Conjunturais, tanto internacionais que afetam as economias, como também situações peculiares da Argentina. Quer dizer, o momento político que o país está vivendo, eleições e determinadas circunstâncias derivadas da trajetória econômica do país nos últimos dez, quinze anos, ou até mais atrás. Um país que tem tido uma trajetória econômica, digamos, com um certo grau de pendularidade.

Prefiro não comentar por estarmos em uma audiência pública, mas temos tratado diretamente sempre bilateralmente, de forma intensa, esse tema com a Argentina e temos conseguido, na maioria dos casos, pelo menos, soluções que atenuem a situação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Embaixador, vamos deslocar o eixo.

O companheiro Barack Obama, nosso candidato vitorioso na presidência dos Estados Unidos esteve há alguns dias aqui. E depois de uma estadia alegre e para eles, não sei se bem sucedida, ele ofereceu R\$1bilhão de financiamento para a nossa Presidente Dilma. Mas, ele esqueceu de dizer que o nosso prejuízo na Balança Comercial é de R\$8 bilhões.

Então, na verdade, o Brasil está financiando R\$8bilhões para a Argentina. E quando alguém reclamou aqui dessa diferença da Balança, o que foi que disse o Ministro da Indústria e Comércio da Argentina? Ah, o Brasil que compense isso com outros países. Então, a Argentina nada mais está fazendo, na falta de um entendimento a nível do Mercosul do que realizando a sua legítima defesa.

Por que não temos a mesma energia com os Estados Unidos que estão recebendo US\$8bilhões do Brasil a mais na Balança. Nós estamos financiando a crise americana, na medida das nossas humildes possibilidades.

O que temos é que ter um entendimento. Vou pelo Sperotto, quero o Sperotto presidindo o Mercosul. Com entendimento e com compensações, resolvemos. Agora, não adianta imaginar que o governo argentino vai se suicidar, como nós não podemos e não devemos fazer isso, no momento, para oferecer uma vantagem, quando há uma descompensação de Balança



monumental. Se nós não estamos dizendo para a Argentina o que, também, não dizemos para os Estados Unidos, temos que procurar um entendimento. Não há outra maneira. E o nosso prejuízo com a Argentina, na linha branca, perto dos 8 bilhões com os Estados Unidos é absolutamente insignificante.

Nessa disputa, *yo fico con los hermanos. Yo me quedo con los hermanos*

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Permite Senador, pegar no verso do Senador Requião aqui, quando fala em excedentes. .

Yo me quedo con los hermanos.

O SR. CARLOS SPEROTTO – Se me permite, Senador, pegar no pé do verso do Senador Requião, quando fala em excedentes. Nós temos a comemorar agora, no início deste mês, 80 bilhões de dólares em exportações pelo Brasil. Esse número é bonito. E temos 65 bilhões de excedentes na balança, onde o agronegócio está se fazendo presente. Acho que esse Comissão aqui, registrando esses números, traz a importância e a resposta...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Sperotto, com tanto dinheiro em jogo e tantas cifras, não fale em comissão que alguém pode interpretar mal.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – A nossa responsabilidade é outra, nesta Comissão, para tratar da defesa dos interesses nacionais, especificamente nessa questão de um debate muito consistente...

O SR. CARLOS SPEROTTO (*Fora do microfone.*) – Eu até fui conferir. É comissão mesmo!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – É Comissão do MERCOSUL.

Imagino que todas as dúvidas relacionadas a isso e muitas outras serão suscitadas ao longo do tempo e do debate em torno desta matéria tão relevante. Eu queria também passar aqui: Por que o produtor brasileiro não pode comprar herbicida no Uruguai, mas o arroz lá produzido com esses químicos pode vir para cá?"

Vamos perguntar à Drª Tatiana. A pergunta veio pelo *twitter* do Alô Senado. Leonardo Azevedo é quem faz a pergunta.

A SRA. TATIANA LACERDA PRAZERES – Bom, eu vou tomar nota e responder, quem sabe, diretamente ao telespectador, se ele houver deixado um contato para que possamos esclarecer exatamente a situação dos herbicidas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Senadora Ana Amélia, o Francisco Turra era Ministro da Agricultura do Brasil, veja quantos anos se passaram, a Argentina ganhou do Brasil o direito de vender defensivos para cá, e até hoje não está se cumprindo essa determinação, o.k.? Está num comitê arbitral desses aí, eles entraram com uma ação para poder internalizar



para que pudéssemos comprar produtos da Argentina. E até hoje, quantos anos se passaram e não temos uma decisão ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Então, a pergunta do nosso Leonardo Azevedo para a secretária, que terá condição de responder.

Eu queria, na condição de proponente desta Comissão, fazer uma ponderação singela para o nosso embaixador, porque ele justificou tanto quanto a secretária, que grande parte do excedente e da produção de arroz no Uruguai e na Argentina são de investidores brasileiros. É natural que seja assim, dado que o custo de produção no Brasil é que esses produtores se sintam atraídos por terem melhores condições competitivas de produzir nos dois países, até pelas condições de facilidade de financiamento, condições essas expressadas aqui por números em relação ao custo de máquinas agrícolas, defensivos e, especialmente, um fator que não foi mostrado aqui, uma logística de maior eficiência e mais barata que a nossa em relação, por exemplo, a questão portuária, entre outros. Era a observação que eu queria fazer porque o senhor falou que o excedente de arroz lá é, no fundo, no fundo, brasileiro.

O SR. BRUNO BATH – Desculpe-me, eu havia entendido que fosse uma pergunta.

Mas, de fato, essa é uma realidade que estamos vendo não somente na agricultura. No setor automotivo, por exemplo, já há um número crescente de produtores de auto partes que estão se instalando fora do Brasil para suprir o mercado brasileiro.

Só para dar um exemplo, a legislação brasileira, agora, vai exigir a instalação obrigatória de *airbags* em todos os automóveis brasileiros dentro de alguns anos. O principal fabricante de *airbags* do Brasil está se instalando no Uruguai, e fundamentalmente por uma questão de vantagem econômica. E há outros casos também.

Olhando do ponto de vista da integração é bom, porque é a famosa integração de cadeias de valor. Você cria emprego em outros países, você distribui a rede de produção além das fronteiras. Com isso você cria redes de interdependência econômica e comercial entre os países fronteiras, com isso você cria redes de interdependência econômica e comercial entre os países, que é a integração.

Agora, é verdade que o estímulo econômico por trás dessa diáspora, por assim dizer, nem sempre é necessariamente por uma causa positiva. Aí já é a fuga dos custos de produção no Brasil.³

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Secretária, agora uma pergunta que o Edilson Pereira mandou. “O que o Brasil rural ganhou, nesses 20 anos, com o MERCOSUL?”

A SRA. – Bom, sob o ponto de vista do comércio exterior brasileiro, de modo geral, é notório o sucesso do MERCOSUL para o



Brasil. Não há a menor dúvida quanto a isso. O crescimento da corrente de comércio, importações e exportações, de uma maneira muito expressiva, demonstra justamente que a criação do acordo internacional favoreceu justamente a integração econômica produtiva entre os países da região.

Investimentos crescentes também, mencionados anteriormente, favorecem à criação de um ambiente favorável justamente a maior produtividade e exploração do mercado ampliado, o que leva a ganhos de escala que favorecem todos os países da região.

Voltando aos números. Em 2010 o Brasil teve cerca de 5 bilhões de dólares de superávit comercial com os países do MERCOSUL. É verdade que mais de 90% do que nós vendemos para o MERCOSUL são produtos manufaturados. Sob esse aspecto, não há dúvida alguma de que o MERCOSUL é um sucesso. Agora, sob a questão dos produtos básicos, do agronegócios etc., naturalmente o ambiente econômico ampliado favorece competitividades que estão localizados em um país ou outro. O que precisamos fazer é tratar da questão dos custos internos, que não se resolvem, necessariamente, com barreiras comerciais. Precisamos, realmente, atacar questões estruturais, tributárias, como já falamos aqui, de outras naturezas para que esses benefícios que hoje, em grande parte, estão concentrados no setor manufaturados possam também ser estendidos a outras atividades econômicas em que o Brasil é bem sucedido.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Agradeço à Srª Secretária.

Eu queria indagar ao Dr. Sperotto, em função da exposição que fez e pela ênfase que ele deu, da importância que o Parlamento do MERCOSUL terá neste processo de integração compartilhado com os interesses nacionais de cidadania e, também, da própria interlocução com os setores produtivos na região?

O SR. CARLOS SPEROTTO – Antes de abordar diretamente a isso, agregar a posição da informação dos ganhos. Às vezes, os ganhos são difíceis de ser quantificados. Porém, nós fomos bastante objetivos no momento em que dissemos que pesou a busca de ações conjuntas para combatermos o vírus da aftose, sem o que, se não tivéssemos essa integração, não teríamos chegado ao grau em que estamos hoje, de o Brasil praticamente, com um avanço espetacular no sentido de combate e de controle, e também chegado às posições, como no caso da Bolívia. Na Bolívia, por exemplo, existia um desconforto – onde, inclusive, na última reunião que nós tivemos na Expointer –, tivemos quase que um atrito da Bolívia, tivemos que interferir, dizendo assim: “Olha aqui, problemas caseiros vocês discutam lá.”. Era esse o clima. Hoje, as posições estão harmonizadas, as ações estão andando e o combate está ocorrendo. Isso eu considero que é difícil a gente dizer e repassar o porquê.



Agora, se nós tivermos um foco, uma área de dificuldades para podermos avançar num processo é muito difícil. Então, agregue-se a essa posição de que temos que levar em conta... Agora mesmo estávamos dizendo que vamos buscar o diálogo com os nossos vizinhos do Uruguai para harmonizar, não o bloqueio de entrada, mas que exista um redirecionamento, conforme o próprio embaixador aqui sugeriu. Então, é um somatório de ações que nos traz um bom diálogo.

Paralelo a isso, nós achamos que a instalação e a incursão que está sendo concretizada do Parlamento vir a atuar e passar a ter uma presença, ela consolida muitas ações, porque nós, a cada reunião que levávamos o documento, se nós buscarmos uma retrospectiva neste documento, tínhamos pautas que eram persistentes, para as quais não era dada sequência nem justificativas, nem o por que, *pero que sí, pero que no*, como diz o castelhano. As tínhamos como sutileza o momento de inserir. Eu acredito que o Parlamento poderá se utilizar desse sentimento de setores produtivos de todo o MERCOSUL e, a partir daí, definir posições de regramentos até, de liberdade de trânsito e de outros. Acho que é muito bem-vindo e não é uma posição pessoal, é uma posição de sentimento amplo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Senador Requião, a sua presença aqui hoje não somente enriqueceu, mas veja só, a audiência da TV Senado no seu Estado. O Flávio Bettini, de Cambará, no seu Estado, quer saber – e vou dirigir a pergunta à Secretária Tatiana – “o que poderia ser feito para frear o aumento do dólar?”. Segundo ele, com a alta da moeda norte-americana, os insumos no Brasil também ficaram mais caros. Pergunta do Flávio Bettini, pela Internet.

Também do Paraná, da cidade de Capanema, Dorvalino Ciametti pergunta por que motivo a ponte da cidade de Capanema, no Paraná, fronteira com a Argentina, não pode ter comercialização, importação e exportação. Afirma que distância percorrida até Foz do Iguaçu é muito grande.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Posso esclarecer essa pergunta?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Eu construí essa ponte unilateralmente, foi o Paraná quem construiu essa ponte. Aliás, construí à revelia do governo argentino. Era uma reclamação de Misiones, província argentina, do Paraná; era uma necessidade enorme para desviar do Parque Nacional do Iguaçu, a Estrada do Colono estava fechada – e eu acredito que devia ser fechada –, e esse desvio iria possibilitar uma diminuição do percurso entre Capanema e Foz do Iguaçu. Essa ponte fica entre Andrecito e Capanema. Pedi licença para construir a ponte à Assembléia Legislativa do Paraná, e a Argentina entrou apenas com a outra margem. À época, a regra no Brasil era de aduana compartilhada, como é até hoje, como é a ponte entre o



Brasil e a Argentina, entre Puerto Iguassu e Foz do Iguaçu. Eu construí, então, uma grande aduana para ser compartilhada. Isso há 17 anos. Até hoje não passa caminhão nessa ponte porque a aduana não foi ocupada pela Argentina, a chancelaria brasileira não se entendeu. Eu construí na mão grande essa ponte, e posteriormente pedi ao Fernando Henrique Cardoso, que à época era meu amigo, antes de ir para a “direitona”, Sperotto, numa entrevista que ele iria ter com o Menén, em Buenos Aires, que ele conversasse com o Menén e regularizasse. E foi o que ele fez. A meu pedido ele foi lá e, depois da ponte pronta, nós oficializamos a sua existência. Há 17 anos essa ponte está parada. E no começo desta semana eu mandei um ofício para a chancelaria brasileira pedindo providências, porque não tem sentido; a alegação é de que não tem aduana na Argentina. Mas não precisa, a aduana foi construída segundo as regras vigentes à época para funcionar alternativamente com Brasil e Argentina. Não sei por que não funciona. A província de Misiones asfaltou a rodovia para viabilizar o tráfego, e a ponte continua sem aduana.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – É inexplicável.

Eu agradeço extremamente essa colaboração valiosa do Senador Requião, até porque ele foi o pai dessa criança; fez-se essa facilitação, mas se criou uma dificuldade tão grande, e as pessoas que poderiam se beneficiar dela não tiveram o ganho.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – O que me transformou à época, Senador Ana Amélia, não apenas Governador do Paraná, mas num pontífice, não o sumo, mas um construtor de pontes, portanto um pontífice. (*risos*.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Senador Requião é um cidadão honorário de Andrecito.

Então, ficou a pergunta aqui sobre o dólar, sobre o câmbio.

A SRA. TATIANA LACERDA PRAZERES – De fato, o câmbio é um componente muito importante para as exportações, enfim, as exportações são impactadas pelo câmbio no patamar em que se encontra hoje. Agora, naturalmente, o câmbio é um dos componentes de uma equação muito mais complexa, Senador. O câmbio é um componente importante mas não é o único. A despeito do câmbio, o Brasil já exportou este ano mais de 60 bilhões de dólares, com um saldo acumulado, ao ano, de 4 bilhões, ou seja, as nossas exportações crescendo num ritmo muito mais acelerado que as nossas importações, e, ainda assim, estamos naturalmente muito conscientes e muito preocupados com a questão cambial de 4 bilhões, ou seja, as nossas exportações crescendo num ritmo mais acelerado do que as nossas importações, ainda assim estamos naturalmente muito conscientes e preocupados com a questão cambial, as autoridades competentes estão tomando as providências devidas e nós seguimos atentos à essa questão.



O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Estamos exportando commodities, porque o mundo é carente delas; o câmbio é importantíssimo e é o que está bloqueando o desenvolvimento industrial do Brasil, está provocando a desindustrialização dos países, substituindo tudo por bagulho importado. O câmbio deve ter uma solução mais cedo ou mais tarde. Não sei por que o Mantega ainda não tomou as medidas necessárias.

A SRA. TATIANA LACERDA PRAZERES – As importações brasileiras naturalmente se aproveitam do bom momento do preço das *commodities*, dos produtos básicos, dos alimentos no mercado internacional. É bom que o Brasil assim o faça, que o Brasil tire proveito desse bom momento. Naturalmente os produtos manufaturados se ressentem do câmbio no patamar em que se encontra. Estamos acompanhando, monitorando o tema com muita atenção junto as autoridades competentes. Enfim, seguiremos tomando as medidas cabíveis para essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – Obrigada, Secretária Tatiana.

Eu queria liberar o Deputado Luís Carlos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Senadora, eu acho que nós devíamos solicitar ao embaixador Bruno Bath, do Mercosul, que interfira também nesse processo.

O prefeito de Capanema esteve no Ministério de Relações Exteriores, e eu mandei esta semana um ofício para o Embaixador Patriota. É realmente um absurdo, nós investimos nessa ponto há 17 anos, e ela está bloqueada há 17 anos.

O SR. CARLOS SPEROTTO – Senador Requião, quando construiu a ponte, eu era prefeito de São Borja, construímos também a ponte São Borja/São Tomé. E muito se falava com o então conselheiro Marcelo Jardim, que era aqui do Itamaraty, que participava conosco das reuniões, também se falava da ponte Andrecito/Capanema; muitas reuniões fizemos em Foz do Iguaçu, tratando do nosso assunto e sempre vinha à baila Andrecito/Capanema, que era a ponte que V. Ex^a construiu. Então, já conheço também essa história. Nem eu sabia que ela ainda não está concretizada nos aspectos legais aduaneiros.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – Nós vamos continuar no debate aqui. Eu estou muito agradecida, em nome desta Comissão e do Senado, aos internautas, muitos internautas do Paraná, de todos os Estados brasileiros. Nós vamos, na medida do possível, responder. O que não pudermos responder, iremos encaminhar aos palestrantes.

Eu queria apenas dar um breve intervalo para as despedidas e agradecimentos ao Deputado Heinze, que tem um compromisso inadiável. Então, agradecendo a sua participação, Deputado Luis Carlos Heinze.



Veio uma outra pergunta relacionada, ainda, à questão de imposto que Senador Requião falou. Esta vem do Antônio da Silva Cavalcante, ele é de (?) , Pernambuco.

“Qual o valor do imposto que incide sobre o inseticida que custa na região Nordeste do Brasil aproximadamente R\$100,00?”

Bom, como é uma pergunta muito técnica, essa de Pernambuco, a Secretária vai anotar e depois irá responder.

Pergunta de Termínio Daniel de Souza, da fazenda Rio Grande, no Paraná. É isso, Senador?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – É, um Município vizinho de Curitiba.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – Ah, veja só. Ele pergunta por que não existe no Brasil uma política de incentivo ao plantio do trigo, já que dependemos do trigo argentino na medida quase total do que consumimos conquanto sejamos autossuficientes no plantio de soja.

Vou pedir ao Dr. Sperotto que responda a pergunta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Eu acho que quem podia responder pelo Brasil é o embaixador, porque no Paraná já existe a política de incentivo ao trigo. Inclusive, o Estado paga a integralidade do seguro

O SR. CARLOS SPEROTTO – Senador, vou ficar como ouvinte porque estou aguardando a resposta também.³

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – Então, é o senhor, embaixador.

O SR. BRUNO BATH – Não vou entrar em terras do Ministério da Agricultura.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – Está bem.

Do Carlos César de Castro Costa, de Londrina, no Paraná...

O SR. CARLOS SPEROTTO – Acho que não devemos deixar a pergunta sem um objetivo. Vamos colocar como pauta prioritária no Senado que se busque isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – É verdade, assumir na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

De Londrina, Carlos César de Castro Costa. “Por que o frete de navio que sai de Buenos Aires, na Argentina, para a região Nordeste do Brasil é mais barato do que de navios que saem do Porto de Paranaguá, Paraná, para a região Nordeste?”. Segundo ele, os agricultores são obrigados a transportar os seus produtos em navios de bandeira brasileira ao invés de usarem navios de bandeira mundial, o que – afirma – encarece o frete em mais de 25%.

A SRA. TATIANA LACERDA PRAZERES – Senadora, essa é uma questão específica, também, que precisaríamos analisar com mais atenção quais as características, as circunstâncias específicas desse transporte, com o que está sendo comparado, enfim...



O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Isso deve ser problema dos donos da cabotagem, cabo a cabo. Mas, só uma informação interessante. Vocês sabem que nos Estados para operar na navegação costeira, cabo a cabo, o navio tem que ser fabricado nos Estados Unidos, com tripulação e comandante de nacionalidade norte-americana. Aqui não, aqui está aberto, e mesmo assim o preço não baixou.

O SR. CARLOS SPEROTTO – Eu traria uma contribuição a isso. Nós temos sobre todo o frete de chegada em qualquer porto, no caso presente chega num porto do Norte, ele está isento. Existe uma isenção da taxa de 25% para esse transporte. Quando nós aqui recebemos, no Paraná, no Rio Grande, desde o fertilizante nós temos 25% sobre o frete. Então, 25% sobre um produto...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – (*Fora do microfone.*) A que título? Vinte e cinco por cento a que título?

O SR. CARLOS SPEROTTO – Justamente o imposto sobre o frete; existe isso que eu gostaria que fosse pautado para nós olharmos com maior profundidade.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – É dentro daquela visão que nós já colocamos: tem que desonerar dessas bobagens a agricultura. Seguramente esse imposto não significa nada para a União, nada para os portos e pesa no custo da produção que vai alimentar o Nordeste do Brasil.

O SR. CARLOS SPEROTTO – Senador, é imposto para a Marinha Mercante. Ela existe.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – Aqui, vamos apenas fazer como uma posição, também de um telespectador, vindo de Santa Catarina, da agrônoma, o Valdir Avi. Ele está fazendo uma colocação que coincide com o que falaram aqui o Senador Requião, o Deputado Luis Carlos Heinze e o próprio Sperotto em relação ao arroz. Ele disse que está manifestando um protesto à postura dos governantes para com os pequenos agricultores do Brasil que, segundo ele, os têm tratado com descaso ao não criarem políticas que beneficiem esses produtores, que, afirma, têm tido muitas dificuldades para pagar as máquinas usadas em suas produções em função do baixo preço que recebem pelo arroz.

Aí vem Santa Catarina confirmando o problema da comercialização do arroz.

O SR. CARLOS SPEROTTO – Senadora, eu diria só vamos agregar. Nos acompanhou aqui ontem em toda a peregrinação que nós aqui comentamos o representante da Contag. Portanto, os pequenos agricultores estão inseridos nos pleitos que encaminhamos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – Aqui, Senador Requião, vem do José Herson Vieira Maciel, de Boa Vista, Roraima.



De acordo com o comentário do Senador Roberto Requião, nessa audiência pública sobre a agricultura no Mercosul, o cidadão pergunta “qual a viabilidade de se criar uma moeda única, como o euro, e que vantagens traria essa moeda.”

Pergunta para o senhor e para o nosso embaixador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – É o nosso sonho, criar o latino, uma moeda comum, mas já existe uma moeda gráfica; nós já estamos trabalhando com uma moeda gráfica comum nas negociações. É uma moeda compensatória, e o dia em que chegarmos a isso teremos dado um passo razoável. Aliás, o mundo hoje quer se livrar da prevalência absoluta do dólar.

O Bretton Woods, que estabeleceu o dólar como moeda universal está superadíssimo. E, na viagem da Presidenta Dilma à China, eu já ouvi pela imprensa que esse foi um dos assuntos cogitados; da China entrar, juntamente com o Brasil, nessa intenção de liquidar essa prevalência absoluta do dólar no mercado mundial.

Você sabe, Senadora Ana Amelia, que com a história do subprime dos derivativos nós devemos ter hoje, talvez, seiscentas vezes mais do que o PIB do mundo rodando em derivativos do subprime no planeta? Os Estados Unidos foi emitindo tudo como queria, sem nenhum limite, sem nenhuma fiscalização, através do famoso FED, o Federal Reserve, que todo mundo pensa que é um banco público norte-americano, mas é um banco privado com o monopólio da emissão da moeda, controlado pelo CityCorp e pelo Chase Manhattan Bank.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – Um banco central independente...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Independente do próprio Estados Unidos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – É verdade, com autonomia total.

Saímos de Roraima e vamos para Jaguarão, no Rio Grande do Sul. O João Alberto Dutra Silveira. Ele pergunta se a Comissão tem conhecimento de que os agricultores brasileiros pagam de 30 a 40% a mais nas máquinas usadas na produção agrícola do que os demais países do Mercosul. Ele pergunta se a Comissão está ciente também de que esses mesmos países aceitam registros de agrotóxicos genéricos a serem utilizados na produção. Ou seja, o produtor brasileiro, mais uma vez, paga a mais para subsidiar a sua produção.

Nesse caso, eu gostaria até de esclarecer, não sei se o Dr. Sperotto vai ter mais alguma explicação, mas eu queria explicar ao João Alberto, lá de Jaguarão, que na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária está em discussão um projeto de lei que trata de defensivos genéricos, a criação de



defensivos genéricos. Nós estamos examinando essa matéria como fórmula de baratear o custo no Brasil, assim como os medicamentos para uso humano. Então, no caso, também está se debatendo nesta Comissão e o Relator é o Senador Waldemir Moka, que é do PMDB do Mato Grosso do Sul. Ele está com a relatoria desta matéria que é muito importante.

Eu queria saber se o Dr. Sperotto tem alguma coisa para agregar a essa indagação que vem de Jaguarão, do João Alberto Silveira.

O SR. CARLOS SPEROTTO – Devo informar ao João Alberto que está em boas mãos. O Senador Waldemir Moka conhece profundamente o assunto e é um homem da área científica.

Eu pensei que o João Alberto agregaria uma outra preocupação imediata, porque ele traduziu aqui de que o genérico, quando utilizado na agricultura nos países que para cá internam alimento, lá vale usar, agora aqui não pode usar e aqui vamos consumir o mesmo, com ou sem o uso do genérico. Essa é a indignação do João Alberto.

Mas vamos um pouquinho mais avante. Os nossos filhos, a nossa família, os nossos netos, e todos nós que estamos aqui, a nós é facultado o uso de genérico. Mas os nossos animais não.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP - RS) – Vem aqui uma pergunta de Barueri, São Paulo, do Eduardo Augusto de Figueiredo. Talvez isso entre na questão da Farm. Ele pergunta se existe um plano de capacitação moderno para o produtor rural brasileiro, pois, segundo ele, há um projeto visando a utilização de melhores práticas com redução do custo e o aumento da produtividade para atendimento em grande escala e volume em curto prazo.

O SR. CARLOS SPEROTTO – A preocupação ela é extensiva e está absorvida, inclusive, pelas entidades. No nosso caso específico nós temos o Senar, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Hoje, a nossa pauta, onde nós estamos nos fixando, não é pura e simplesmente ensinando a capinar os que não sabem, mas ensinando, também, a utilizar a agricultura de precisão para dar acompanhamento às tecnologias que hoje estão sendo disponibilizadas. E todo esse procedimento que envolve traz consigo universidade, traz as entidades, as próprias empresas que estão numa dificuldade muito grande, pois eles montam a tecnologia e depois vem a tecnologia a ser desperdiçada no campo pela falta de conhecimento ou uma má utilização a nível de se disponibilizar e ter a vantagem daquele valor que se paga. É como o celular. Existem quantos como eu que só sabem ligar o celular, agora, os outros dispositivos não sabem. Eu estou pagando por todos os outros mecanismos. A nós isso preocupa e já estamos com cursos em extensão

Então, a nós isso preocupa. E nós já estamos com cursos em extensão no Paraná, no Rio Grande do Sul... E o cenário nacional está debruçado nesse sentido – inclusive, a Senadora Kátia Abreu nos demandou esse posicionamento, onde já se pautou quais os cenários onde estão as



unidades estaduais que estão a desenvolver, para montarmos um programa a fim de atendermos justamente as tecnologias de ponta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sperotto, eu quero associar esse fim da pesquisa e do ensino da tecnologia agrícola à transformação do Brasil em *plantation*, que está ligada à ideia de que o Brasil vai ser uma plataforma de produção para a Europa, para os Estados Unidos ou para a China, que é o que ela pretende hoje, tentando comprar áreas enormes no País.

Então, toda a tecnologia de produção ficaria nas mãos deles, não teria mais por que o Brasil manter universidades, escolas – e as temos maravilhosas. No Paraná, quando assumi, tinham fechado as escolas agrícolas. Eu construí novas e reabri. Hoje, nós temos 21 escolas de tecnologia agrícola no Estado do Paraná fantásticas.

Agora, cabe lembrar também que a nível da horizontalização da tecnologia, a França, por exemplo, avançou com a ideia das escolas familiares rurais da Bélgica, onde as crianças tinham um ensino formal e, ao mesmo tempo, tinham a absorção de práticas agrícolas. No Paraná nós desenvolvemos isso com algum apoio do Estado e com a participação da sociedade civil, de uma forma fantástica. A França mexeu na qualidade da sua agricultura com as escolas familiares rurais.

Acho que temos que retomar isso. O Paraná está com 21 escolas novas. Inclusive uma boa notícia para o Mercosul: abri 180 vagas para bolsas de estudo, durante quatro anos, bancadas pelo Estado do Paraná, para filhos de agricultores paraguaios, a fim de absorverem, juntos com os filhos dos nossos agricultores, uma tecnologia avançada que existe em nosso Estado.

Mas é a ideia do Brasil transformado em uma plataforma de produção, aquelas *plantation* da África e da Índia, que a Inglaterra viabilizou, que era só para produzir para eles e, quando isso acabou, não ficou mais nada. É o que se pretende com o Brasil. É o avanço da soja e ficamos aí produzindo ração para o mundo, sem diversificação, sem segurança alimentar. Nós precisamos de um equilíbrio nisso; não que não seja bom produzir soja e que ela não esteja sustentando a nossa balança comercial nesse momento de dificuldade. Mas, não vai ser para sempre.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Senador Requião,...

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Eu gostaria só de complementar uma posição. Não tem dúvida, a visão de industrialização e fugir da *commodity* é algo que nos imprime orçamento, que nos imprime volume para agregar valor e volume para estocar e buscar mercado. E acredito eu que, tendo em vista a evidência de um momento atual, em que a nossa posição ela é altamente favorável, a *commodity* é um bom produto.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Eu quero agradecer a manifestação que veio lá de Apuí, do Amazonas, do Hans Rate, cumprimentando o nosso trabalho, o trabalho desta Comissão.

E o Luís Fernando de Mattos Pimenta, de Goiânia, Estado de Goiás, pergunta – e aí eu dirijo a pergunta à nossa secretária e também ao embaixador. Ele pergunta se não seria a hora de discutir a questão da regulamentação do mercado de terras entre os países que compõem o Mercosul, uma vez que, enquanto existem brasileiros comprando terras na Argentina e no Uruguai – que foi falado há pouco com relação ao arroz –, há o risco de que brasileiros sejam expulsos de suas propriedades no Paraguai e na Bolívia.

O SR. BRUNO BATH – Sobre os brasiguaios, este é um tema, uma questão muito importante na relação com o Paraguai, que tem sido tratada diretamente pelos dois governos e tem encontrado um bom encaminhamento. O Governo do Paraguai, depois de alguma delonga, colocou em vigência o Acordo de Residências Nacionais do Mercosul, que é um acordo que facilita a instalação e a permanência nos países nacionais de outros países do Mercosul. Deu início, também, ao processo de identificação, de regularização dos brasiguaios. Então, houve um avanço.

..muito importante nesse tema, recentemente, com o Paraguai.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Não seria...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Embaixador, e mais do que isso, os brasileiros no Paraguai não são mais brasiguaios; por entropia do sistema, é a segunda ou terceira geração, eles já falam guarani, cantam o hino nacional paraguaio, em um amor incrível pela terra que os acolheu. Então, eles são paraguaios. E a ascendência brasileira é como eu, a Ana Amelia, o Sperotto que temos a ascendência italiana, alemã. Eu tenho ascendência indígena, negra e europeia. Mas nós somos brasileiros. E os brasiguaios não são brasiguaios, mas paraguaios.

O SR. BRUNO BATH – O senhor tem toda a razão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – É verdade. Aliás, como disse bem o Embaixador, as negociações estão caminhando em bom termo; e não se esperava outra coisa do Paraguai, especialmente depois do Acordo de Itaipu, que o Brasil acaba de aprovar na Câmara dos Deputados e está chegando aqui no Senado da República, em que dá benefícios e vantagens ao Paraguai na questão da energia.

Vem aqui uma outra pergunta, de José Maciel, de Boa Vista, de Roraima: ele diz que, no ano passado, 15 toneladas de soja foram exportadas do Estado de Roraima para a Venezuela. No entanto, devido à burocracia alfandegária, este ano, a previsão é de que se exporte apenas 10 toneladas. Segundo ele, a carga demora até 15 dias para ser liberada e este prazo é muito



longo para quem compra o produto. Nesse sentido, pergunta o que poderá ser feito para que se agilize esse processo?

Está bem no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Secretária Tatiana.

A SRª TATIANA LACERDA – Pois não. Nós temos uma comissão bilateral também com a Venezuela para justamente eliminar entraves burocráticos e facilitar questões de pagamentos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E os números não devem estar certos, não é? A quantidade é ínfima. Acho que tem aí qualquer zero a mais ou a menos.

A SRª TATIANA LACERDA – Sim, eu não sei exatamente que operação ele se refere. É, mas as exportações...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Mil e quinhentas toneladas...

O SR. (Fora do microfone. Inaudível.)

A SRª TATIANA LACERDA – Bom, independentemente do número, o fato é que o comércio exterior do Brasil com a Venezuela é um comércio exterior muito positivo e muito próspero para o Brasil. E, de fato, há algumas questões pontuais, que são objeto de diálogo com os venezuelanos, numa comissão bilateral que se reúne periodicamente, para tratar exatamente de questões pontuais como essa. Então é importante que nós tenhamos esse tipo de situação no radar, para que possa ser exatamente objeto de discussão numa próxima bilateral, que ocorre de maneira muito frequente com a Venezuela.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Secretária Tatiana Lacerda Prazeres.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Senadora, se me permite, é que o nosso produtor que está lá com essa dificuldade, ele poderia procurar a Federação, nos passar o assunto e nós faríamos então um contacto direto aqui com o ministério; como é um caso pontual, coisa relevante, nós nos dispomos a isso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Essa dificuldade é com o Brasil ou com a Venezuela?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – É com a Venezuela.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Vamos encontrar aí um *fast track*, um caminho mais rápido. Manda para o meu gabinete e me comprometo a resolver isso com o Maximilian, que é o Embaixador da Venezuela aqui, e é amigo nosso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Olha, daí...



O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Se o Senador não resolver, mande para mim, então.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Olha aqui, veja só. O nosso José Vieira Maciel, de Boa Vista, Roraima, a sua questão pode ser resolvida pelo Senador Roberto Requião. Encaminhe qual é o seu *síte* do Senado, Senador Requião. Talvez seja 15 mil toneladas, não é?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não, sendo um exportador individual, acho que o número pode estar certo. É a produção dele, não é a produção do Estado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Exatamente, eu ia lembrar que poderia ser a produção dele. Ele é de Roraima e é tão perto ali, não é?

Bem, eu queria aproveitar o momento para renovar o agradecimento muito sincero ao nosso Embaixador Bruno Bath, que é Diretor do Departamento de Mercosul, do Ministério das Relações Exteriores; à Secretária Tatiana Lacera Prazeres, que é Secretária de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; ao Dr. Carlos Rivaci Sperotto, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, e também Diretor Conselheiro da Federação das Associações Rurais do Mercosul.

Um agradecimento, também muito especial, ao Senador Roberto Requião por ter dado muito protagonismo aos debates, ele que é um especialista, inclusive enriquecendo até das ações que tomou no Paraná, que têm a ver com o Paraguai. E, mais ainda, um agradecimento à Rádio Senado, à TV Senado, aos internautas todos que deram vida e voz a este debate sobre as assimetrias no Mercosul, que entraram através da Internet, do Twitter e também pelo telefone.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E aos paranaenses que mostraram a sua força, participando majoritariamente dos seus debates, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Bloco/PP – RS) – Mas eles sabiam que o senhor estava aqui dando força também, e decidiram prestigiar o grande Senador que enviaram, mais uma vez, para abrilhantar o Senado da República, o ex-Governador do Paraná.

Então, a todos, ao declarar encerrada esta reunião, agradeço novamente e penhoradamente, e dizer também, renovar com todos os nossos produtores, que os temas suscitados aqui serão encaminhados à Comissão para que prossigam nos seus andamentos e desdobramentos.

Muito obrigada a todos e declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às ...horas e...minutos)

